Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

**O legado dos megaeventos esportivos na governança da
segurança a partir do Rio de Janeiro: uma difusão do modelo
*smart and safe city***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência Política como parte dos requisitos para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof.º Dr.º Jean François Germain Tible

Co-orientador: Prof.º Dr.º Cléber da Silva Lopes

Candidato: Lucas Damasceno Pereira

Dezembro de 2019

Versão corrigida

Este trabalho foi financiado pelo CNPq através de bolsa de mestrado.

Resumo:

Esta pesquisa reflete sobre o legado dos megaeventos esportivos na governança da segurança a partir do Rio de Janeiro. Os megaeventos são catalizadores da adoção de novas políticas, formas de organização institucional e facilitadores da mobilidade transnacional de tais modelos. Associado aos megaeventos esportivos, circula transnacionalmente um modelo de governança e integração tecnológica – o modelo *smart* de cidades. A expansão desse modelo internamente deriva das alterações e influências da rede dos atores humanos (pela formação e permanência do *habitus*), mas também pela atuação de atores não humanos, como apontado pela teoria ator-rede. O conceito de legado é definido como o acionamento de transformações estruturais produzidas. Assim, esta pesquisa traz uma inovação ao incluir o momento posterior aos eventos na análise, algo ainda não feito pela literatura nacional dado que apenas começamos a nos distanciar do momento de realização dos megaeventos. Os achados apontam para a relevância do legado em quatro ferramentas de manejo de risco aplicado a protestos e multidões.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, megaeventos esportivos, smart city, legado, segurança.

Abstract:

This research focuses on the legacy of sport megaevents on security governance in Rio de Janeiro, without neglecting the expansion of this legacy beyond the city. Sport mega-events work as catalysts to the adoption of new policies and forms of institutional organization, therefore facilitating the transnational mobility of such models. There is a new model of urban governance associated with the sports mega-events called “smart city”. The expansion of this model derives from the work of human (through the maintenance of the habitus) and nonhuman actors (as postulated by the concept agency of things according to the actor-net approach). Legacy is defined as the activation of structural changes as to include the moment post events in the analysis, which was lacking in the national literature on the topic.

Key words: Rio de Janeiro, sports mega-events, smart city, legacy, security

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P4361 Pereira, Lucas Damasceno
O legado dos megaeventos esportivos na governança da segurança a partir do Rio de Janeiro: uma difusão do modelo smart and safe city / Lucas Damasceno Pereira ; orientador Jean Tible. - São Paulo, 2019. 92 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. megaeventos esportivos. 2. smart city. 3. legado. 4. Rio de Janeiro. 5. segurança. I. Tible, Jean, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Lucas Damasceno Pereira

Data da defesa: 03 / 02 / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Jean T.ble

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20 / 02 / 2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

Agradecimentos

Agradeço ao CPNq pelo financiamento disponibilizado na forma de bolsa de mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Jean Tible.

Agradeço às organizações civis comprometidas com a Democracia, e a transparência que esta demanda, por compartilharem do esforço coletivo de pesquisa. Não se faz política sem se produzir conhecimento sobre política.

Aos professores do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pelas disciplinas oferecidas. Aproveito para agradecer a Leonardo Barone e Vinicius Rodrigues, que apesar de não serem membros permanentes do corpo docente da USP, ofereceram as melhores disciplinas que pude cursar ao longo do mestrado. Também agradeço a Alexandra Asanovna Elbakyan: educação é um direito humano!

Agradeço ao meu co-orientador, Cléber da Silva Lopes, sua contribuição foi basilar para a existência deste trabalho; mas agradeço sobretudo pelo exemplo de pesquisador, docente e funcionário público.

Agradeço à minha futura orientadora de doutorado, Janina Onuki pelo acolhimento. Ao Professor Amâncio Oliveira pela chama despertada no curso de negociações internacionais e por todo apoio prestado desde então.

Agradeço à educação pública, gratuita e de qualidade; àquelas que lutam e lutaram pelo CRUSP! Às numerosas bolsas que permitiram minha trajetória. Agradeço às instituições que me permitiram chegar até a educação superior pelo financiamento disponibilizado: o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, a FAPEMIG e o CNPq que, através das Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, deram início a inúmeras carreiras acadêmicas. Ao Colégio do Mundo Unido Costa Rica que permitiu acesso à educação internacional de ponta (e pela paciência com o único aluno não apto a comunicar-se em inglês ou espanhol, sem dúvida a primeira semente para o doutorado em Relações Internacionais. ¡Gracias!). Naturalmente reconheço a importância das primeiras instituições que possibilitaram este trabalho: a Escola Municipal do Sub-distrito de Águas Claras, Escola Estadual Professor Soares Ferreira e o Coluni – UFV.

Agradeço com imenso carinho a Aurelucé, Leo, Márcia e Vasne: pela atenção, pelo excelente trabalho e pelo acolhimento. O DCP só foi possível graças a vocês, ao menos para mim.

À minhas irmãs; ao David, um irmão. Brigadu Ju < 3

À minha mãe, que por duas vezes sacrificou-se pela família: a primeira quando lhe impediram de estudar, a segunda para que nós o fizéssemos. Quem enfrentou por anos 12h diárias de barriga no fogão, depois de largar casa e marido, para que os filhos estudassem.

Ao meu pai.

*Baseado em carne viva e fatos reais
É o sangue dos meus que escorre pelas marginais
E vocês fazem tão pouco mas falam demais
Fazem filhos iguais
Assim como seus pais
Tão normais e banais
Em processos mentais
Sem sistema digestivo lutam para manter vivo
Morto, vivo
Morto, vivo
Morto,
Morto,
Morto, Viva!*

*Bomba pra caralho
Bala de borracha
Censura, fratura exposta, fatura da viatura
Que não atura pobre, preta, revoltada
Sem vergonha, sem justiça, tem medo de nós
Não suporto a ameaça dessa raça
Que pra sua desgraça
A gente acende, aponta, mata, cobra, arranca o pau
Tem fogo no rabo, passa, faz fumaça, faça chuca ou faça sol*

*É uó, o ócio do comércio em ofício
Que policia o comércio de lucros e loucos
Que aos poucos arranca o couro dos outros mais pretos que louros
Os mouros
Morenos, mulatos, pardos de papel
Passado, presente, futuro, mais que perfeito
Em cima do muro
Em baixo de murro
No morro
Na marra*

*Quem morre sou eu
Ou sou eu quem mata?
Quem mata, quem multa, quem mata sou eu
Ou sou eu quem mata?
Quem mata, quem multa, quem mata sou eu
Ou sou eu quem mata?*

Bomba pra caralho, Linn da Quebrada

Lista de Abreviações

AI – Inteligência Artificial, do inglês artificial intelligence

BPGE – Batalhão Especial para Grandes Eventos

CDCiber - Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro

CICC – Centro Integrado de Comando e Controle

CISI – Centro Integrado de Segurança das Instalações

COESRIO - Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016

COI – Comitê Olímpico Internacional

COR – Centros de Operações da Prefeitura do Rio

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associação

GIA – Gabinete Integrado de Acompanhamento

IoT – internet das coisas (do inglês, *internet of things*)

SENASP-MJ – Secretaria Nacional para Segurança Pública do Ministério da Justiça

SESGE – Secretaria Especial para Segurança de Grandes Eventos

SMEs – megaeventos esportivos (do inglês, *sport mega events*)

TAR – Teoria ator-rede

TCI – Tecnologias de comunicação e informação

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PT – Process Tracing

Recom-PMERJ – Batalhão Especial para Gestão e Controle de Multidões

SICC - Sistema Integrado de Comando e Controle

Sumário

Introdução.....	14
Pergunta de pesquisa	20
Hipóteses	20
Metodologia	22
Capítulo 1 – Megaeventos esportivos: catálise e legado.....	30
Legado transnacional: reprodução e circulação.....	36
Notas sobre o risco	38
Governança da segurança	44
Capítulo 2 – Smarter and Safer Rio: um conto de duas corporações	49
Smarter Rio by IBM.....	54
Safer Rio: risco by ISDS	59
2.1 Nodalidade	65
2.2 Autoridade.....	69
2.3 Orçamento.....	72

2.4 Organização	73
Considerações Finais.....	79
Referências	83

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Lucas Damasceno Pereira

Data da defesa: 03 / 02 / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Jean T.ble

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20 / 02 / 2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

Introdução

Megaeventos estão presentes nas narrativas e projetos de modernização, globalização e transformação urbana desde as Exposições Universais do século XIX. O espírito da Belle Époque também foi responsável por reviver em Paris em 1984 o “espírito olímpico” com a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI) (JENNINGS, ROLNIK, LASSANCE et. al. 2014). Todavia, há uma novidade no papel a eles atribuído e nas expectativas nacionais e internacionais em relação aos megaeventos recentes. Para o Brasil, a última década é de extrema relevância. Os SMEs (do inglês *sport mega events*)

ocuparam um lugar na política externa, no planejamento urbano e na segurança sem precedentes na história nacional. Processo semelhante aconteceu em grandes cidades do mundo que também sediaram megaeventos.

As candidaturas brasileiras aos megaeventos da última década estavam inseridas em uma busca por maior projeção internacional, sustentada pelo cenário político-econômico brasileiro da primeira década do século XXI. Essa recente leva ocorreu em um momento diferente na história dos próprios eventos. Uma nova percepção frente aos lugares sede incluiu no imaginário, e progressivamente no arcabouço normativo, a noção de que os eventos devem ser catalizadores de mudanças e, portanto, produtores de legados (PREUSS, 2015).

Os megaeventos esportivos (SMEs, do inglês sport mega events) assumiram uma dinâmica totalizante, colonizando aspectos diversos da vida urbana e da gestão pública (ROCHE, 2002). Transporte, energia, infraestrutura, segurança, entre outras dimensões da vida urbana, tornaram-se de interesse para as agências proprietárias dos eventos.

Essa natureza expansiva é compartilhada pela *segurança*. Há uma progressiva inclusão de agendas neste campo, como é defendido por diferentes vertentes teóricas¹. O resultado da combinação dessas tendências totalizantes é uma submissão de diferentes questões políticas aos imperativos da segurança dos eventos que, potencialmente,

¹ Os estudos sobre securitização, ou Escola de Copenhague, estão entre os primeiros a apontar esse processo. Leitura que é compartilhada por outras abordagens, como a Sociologia Política Internacional, ou Escola de Paris.

permanecem em forma de legado. Todavia, o grau de efetivação do plano de segurança para os SMEs, assim como sua capacidade de permanência e de promover transformações estruturais, resta como matéria de análise empírica.

Este trabalho busca contribuir na reflexão sobre as possíveis mudanças introduzidas na segurança pela preparação e realização dos SMEs. Em outras palavras, propõe-se identificar os possíveis efeitos de uma causa. Através do conceito de legado aqui desenvolvido, busca-se explorar uma dimensão pouco trabalhada na literatura nacional sobre o tema. A literatura brasileira sobre legado, incluindo segurança, esteve bastante atenta às permanências em termos de tecnologia e ao esforço de coordenação institucional. Todavia, a temporalidade das pesquisas já realizadas não permitiu uma avaliação dos usos dessas inovações.

Há uma ampla literatura sobre impactos dos SMEs na segurança do Rio de Janeiro sob diferentes orientações teórico-metodológicas: como o urbanismo militar (GAFFNEY, 2010), administração pública (VASCONCELOS, 2018), ou da sociologia da punição e da vigilância (CARDOSO, 2013). A agenda de pesquisa foi fortemente influenciada por Giulianotti e Klauser (2010).

Este trabalho busca refletir sobre as consequências da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016² como catalizadores na reprodução de modelos de governança. Como apontado pela literatura, os SMEs são facilitadores da adoção de medidas e soluções criadas alhures e importadas para novos contextos.

² Doravante Copa e Olimpíadas, respectivamente.

Pretende-se demonstrar como, no caso do Rio de Janeiro, tais transformações foram orientadas a partir das noções de cidade inteligente e cidade segura (do inglês *smart and safe city*). Tal modelo opera, no campo da segurança, a partir da noção do risco. O risco e, conseqüentemente, seu manejo, é um termo êmico ao campo transnacional da segurança (BROOKS, 2011) – origem das soluções e ferramentas a serem copiadas e trasladadas. Faz sentido, portanto, que os possíveis efeitos sejam avaliados segundo categorias operacionalizadas pelos atores e postas em circulação a partir da articulação de atores e coisas. O risco faz parte da infra-linguagem (LATOUR, 2000) que articula a rede de governança da segurança.

Propõe-se traçar o legado dos SMEs na segurança no Rio de Janeiro a partir do agenciamento de transformações estruturais englobadas no projeto de smart city, em especial aquelas que influenciaram a capacidade de manejo do risco em segurança. O modelo de smart city está estruturado a partir da internet das coisas (IoT, do inglês Internet of Things) e da inteligência artificial (AI) para atribuir sentido à grandíssima quantidade de dados produzidos. Neste contexto, ambas têm por finalidade levantar informações e alterar comportamentos. Esta abordagem permite apontar os agenciamentos que, até o momento, lançaram mão das transformações e refletir sobre o legado em termos de governança do manejo do risco em segurança. Algumas premissas teóricas sustentam a discussão proposta:

- (i) O legado definido como acionamento de transformações estruturais;
- (ii) A noção de governança como uma abordagem teórica;
- (iii) O manejo do risco como categoria êmica do campo da segurança;
- (iv) A circulação transnacional do modelo de *smart and safe cities*, onde o Sul Global é mais susceptível ao isomorfismo.

A literatura revisada carece de consenso sobre risco em segurança. A ausência de consenso sobre quais seriam as ameaças em segurança (de SMEs) sustenta tal polifonia. Fica claro que a definição de risco em segurança depende de quais ameaças sejam consideradas ameaças em segurança – outros enquadramentos incluem ameaças políticas ou financeiras, por exemplo. As variações discutidas abaixo na percepção das ameaças, associada à literatura sobre segurança em SMEs, nos leva a pensar nas bordas, nas ampliações, nas colonizações a partir do campo da (in)segurança. Foi enfocado, portanto, aquela entre as ameaças aos SMEs com maior potencial de exemplificar a natureza expansiva do risco e da segurança, a saber: o controle de protestos e multidões. Este é ora considerando um risco político, ora risco em segurança, deixando claro seu caráter limítrofe.

É defendida uma definição de legado que considere o momento posterior aos eventos como parte do conceito, de forma a englobar os agenciamentos das transformações estruturais. Seguindo a literatura nacional sobre o tema, argumenta-se que o legado em ferramentas de gestão de risco engloba aspectos tecnológicos e institucionais. Naturalmente, o legado não se esgota em uma avaliação de um período (três anos no caso dessa pesquisa), gerando a cada vez novos desdobramentos. Pretendeu-se destacar as transformações na forma de provisão de segurança que incluem alterações em um modelo tradicional de segurança por um novo que se pretende mais articulado e estruturado a partir da governança. O impasse entre os dois polos fica claro na produção do legado; tendo a literatura nacional advogado em favor de uma retomada da centralidade do Estado através da adoção de novas pautas pela União (VASCONCELOS, 2018). Nesse sentido, argumenta-se haver uma transformação na governança da segurança não apenas pela

inclusão de novos atores não-estatais, mas também por uma reordenação dentro do próprio Estado. A forma de atuação entre as diferentes forças de segurança do Estado e a relação elas também foram alteradas pelo legado das transformações estruturais promovidas em consonância com a noção de “cidade inteligente”.

A história recente das manifestações políticas no Brasil – sobretudo o emblemático junho de 2013 – requer uma contextualização, dado que poderia (erroneamente) implicar na subestimação do legado dos SMEs no policiamento de protestos. A Copa e as Olimpíadas não foram eventos isolados. O lugar que ocuparam na política externa e no projeto de desenvolvimento dos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva há sido suficientemente trabalhado na literatura nacional sobre o tema (ver, por exemplo, VASCONCELOS, 2018; CARDOSO, 2013). Todavia, mesmo em países que não adotaram a realização de SMEs como estratégia de desenvolvimento local/nacional ou de projeção internacional, megaeventos esportivos desse porte são, em sua maioria, precedidos de eventos de menor dimensão, como, por exemplo, a Copa das Confederações, conhecidos como eventos teste.

Assim, 2013 já se encontra no escopo temporal dos SMEs realizados no Brasil na última década; se bem que ainda no momento de preparação para os eventos em questão. Seria possível, inclusive, argumentar que serviram de teste para o policiamento dos protestos que viriam a acontecer durante o momento de realização nos anos de 2014 e 2016. Outros eventos também foram incluídos na estratégia oficial dos governos federais e estaduais que elaboraram um plano de ação, sustentado na criação de secretarias especiais. Assim, ainda que implique em uma dificuldade metodológica, não é possível desassociar as Jornadas de Junho, e a repressão aplicada pelas forças de segurança, dos megaeventos. Os relatórios

elaborados por organizações civis como Artigo 19, Comitês Populares da Copa e Anistia Internacional corroboram com uma co-causalidade entre os protestos de 2013 – que deram origem a uma longa investida por parte do Estado efetivamente pondo em risco o direito a manifestação política – e os megaeventos esportivos.

Pergunta de pesquisa

Qual o legado da adoção do modelo de smart city, que foi catalizado pelos SMEs, na gestão do risco em segurança?

Como mencionado, interessa o legado de ferramentas de manejo do risco em segurança que foi acionado durante protestos e multidões – ameaças – durante os três primeiros anos pós-SMEs. A escolha do eixo de análise se justifica, como mencionado, pela indefinição, inclusive entre os acadêmicos (ver JENNINGS, 2012a e 2012b, por exemplo) na natureza dessas ameaças. Entre a segurança e o político, os protestos têm a capacidade de demonstrar a natureza colonizadora do campo da (in)segurança ao mesmo tempo em que demonstram o esgarçamento das liberdades políticas que envolve o avanço de modelos inteligentes e vigilantes de gestão urbana e organização político-social.

Hipóteses

Espera-se aventar quais das ferramentas para gestão do risco disponíveis atualmente na governança da segurança na cidade do Rio de Janeiro, nominalmente no controle de protestos e multidões, são legados de transformações estruturais decorrentes dos SMEs conforme aventadas pelo projeto de cidade inteligente. A reprodução

transnacional do legado não foi apontada por parte da literatura internacional³ devido seu foco no Norte Global. A literatura brasileira, e de outros países do Sul Global, apontou para a presença de uma circulação transnacional. Todavia, é tensionada a natureza mimética, apontada por estudos brasileiros anteriores. Defende-se que a padronização interna ao campo transnacional da segurança contribuiu na determinação das ferramentas, e, conseqüentemente, no seu posterior agenciamento. Este argumento é avançado a partir do modelo de transformação urbana circulante transnacionalmente e que, ao menos no caso brasileiro, esteve associado aos megaeventos esportivos, a saber: o modelo de cidades *smart (and safe)*. Este modelo orientou a adoção de novas ferramentas de gestão do risco a partir de novos modelos organizacionais, de tecnologia de comunicação e informação (TCI), IoT e AI.

O objetivo é aventar um possível legado da Copa do Mundo e das Olimpíadas na capacidade de produzir e interpretar informações visando alteração de comportamento. Os megaeventos são catalizadores de transformações estruturais devido à excepcionalidade com a qual são percebidos. Tal excepcionalidade permite às elites políticas locais e nacionais implementar, ou acelerar ao menos, *policies* que fora desse contexto não seriam possíveis ou teriam um custo político muito alto. Em termos mais gerais e teóricos, a pesquisa insere-se no debate sobre difusão de ideias e normas em contexto transnacional e, conseqüentemente, seu processo de internalização.

³ Ver, por exemplo, a obra de Will Jennings citada neste trabalho.

Apesar de questionar o suposto mimetismo defendido pela literatura brasileira, e defender uma leitura da reprodução baseada na padronização do campo e na imposição normativa das agências proprietárias, o projeto não se debruça sobre uma questão cara às diferentes vertentes do institucionalismo, a saber: a natureza inovadora *versus* processos isomórficos na adoção de soluções para política pública. Apenas busca-se destacar a relevância de atores transnacionais no enquadramento dos problemas e, conseqüentemente, sua determinação das soluções possíveis.

Assim, ainda que tangencialmente, tenciona-se a tese de isomorfismo mimético que afirma que o legado em segurança dos SMEs foi construído a partir da emulação de soluções desenvolvidas em outros contextos, sobretudo do Norte Global. Espera-se indicar como as estratégias para policiamento de protestos que permaneceram e que foram acionadas fazem parte de um processo de padronização do campo transnacional da segurança e/ou foram adotadas sob recomendação das corporações proprietárias dos eventos – FIFA e COI – seja sob recomendação direta ou por via de consultorias internacionais.

Metodologia

Definido como acionamento de um valor latente, o conceito de legado lança luz aos posteriores agenciamentos de transformações estruturais decorrentes da preparação e realização dos megaeventos. Deriva do conceito uma divisão dos momentos dos megaeventos esportivos em (i) preparação, (ii) realização e o (iii) momento posterior. A literatura aponta para as tecnologias de controle e informação (TCI) e para a coordenação interinstitucional como principais legados possíveis.

Para analisar esse processo focou-se nas estratégias aplicadas ao policiamento de protestos na cidade do Rio de Janeiro. Utilizando análise documental e triangulação de fontes procurou-se realizar um *process tracing* de como as estratégias planejadas (e as efetivamente colocadas em prática) para os eventos foram posteriormente acionadas. A metodologia proposta busca mostrar a suficiência do fluxo causal na construção do legado em gestão do risco; destacando como a padronização interna ao campo é chave para a permanência de estratégias, tecnologias e saberes. Estes consolidam-se no arcabouço institucional disponível para os agentes envolvidos no policiamento de protestos e é eventualmente acionado, configurando o legado.

Trata-se de um trabalho qualitativo que, para usar a terminologia da cultura quantitativista, busca avaliar os efeitos de uma causa; ou para ser ainda mais próximo à terminologia do padrão positivo de outras ciências, busca-se avaliar as consequências de um tratamento. A partir do marco dos SMEs, busca-se identificar quais foram as consequências para a gestão do risco em segurança que foram introduzidas a partir do Rio de Janeiro. O arcabouço teórico operacionalizado define como legado transformações estruturais que precisam ser posteriormente acionadas. Assim, o legado em gestão do risco em protestos se constitui a partir das transformações em capacidade tecnológica disponível e em ideias e identidades institucionais que alteram a forma de agir dos atores envolvidos no policiamento de protestos.

A pesquisa partiu das estratégias definidas nos planos formalmente elaborados e daquelas efetivamente empregadas para então acompanhá-las temporalmente nos anos de 2017, 2018 e primeiro semestre de 2019, buscando identificar como as transformações

estruturais introduzidas em decorrência dos SMEs não sido acionadas nesse momento que configura o pós-evento.

Conforme discutido na extensa obra de Holger Preuss sobre legado de megaeventos esportivos, o recorte de três anos seria muito reduzido para avaliar o legado enquanto processo. Em termos derivados da economia, ainda não se pode avaliar as novas demandas derivadas das novas capacidades de oferta, assim apenas pode-se averiguar as novas capacidades de oferta (legado enquanto resultado). Conforme definido por Derick Beach e Rasmus Pederson (2013), a espinhal dorsal e grande qualidade do método de *process tracing* está na reconstrução de um fluxo capaz de indicar suficiência causal. Todavia, conforme indicado mesmo por Preuss (2015), existe quase uma impossibilidade metodológica de se estabelecer tal suficiência quando se considera o legado enquanto processo. Em outras palavras, do ponto de vista qualitativo existe uma limitação para que se possa afirmar o vínculo e a suficiência causal das novas demandas em relação à transformação da capacidade de oferta.

Como antecipado pela exposição sobre os três momentos dos SMEs, o estudo teve início na identificação das ferramentas para o policiamento de protestos disponibilizadas no momento de preparação para os megaeventos. Estão incluídos nesse momento os treinamentos recebidos pelas forças de segurança, a identificação das agências criadas ou assignadas para tal, a infraestrutura preparada e a tecnologia adquirida.

É necessário, também, identificar como ocorreu de fato a segurança de protestos na cidade do Rio de Janeiro durante os dois SMEs analisados. Como explicado, a operação de segurança (incluindo protestos) das Olimpíadas divergiu significativamente

do que havia sido planejado. Do ponto de vista da pergunta e hipótese de pesquisa, a substituição do Comitê Rio 2016 pela União na liderança das forças de segurança pode ter tido um papel atenuante na influência de modelos internacionais de policiamento. Estes, segundo a hipótese, seriam incorporados, sobretudo, através das recomendações e imposições das corporações proprietárias e de empresas internacionais de consultoria de segurança.

Identificada a governança da segurança e da gestão do risco executada e planejada, a pesquisa voltou-se para o acompanhamento dessas ferramentas nos anos subsequentes (2017, 2018 e primeira metade de 2019). O primeiro momento configura um mapeamento, enquanto a segunda parte está definida como um *process tracing* centrado no caso. Beach e Pederen (2013) o entendem como um processo exploratório dos possíveis resultados. A natureza exploratória no método pressupõe um desconhecimento das causas. De fato, a razão pela qual certas transformações estruturais são acionadas constituindo legado, ao passo que outras são abandonadas, é desconhecida nesse momento de formulação. Note-se que a hipótese apresentada discorre sobre as consequências do tratamento (sediar megaeventos esportivos), mas nada esclarece em relação ao fato de que alguns aspectos do tratamento sejam mantidos a posteriori, ao passo que outros foram descartados. Beach e Pedersen (Idem) elaboraram um modelo para sustentar a identificação do fluxo causal. Para os autores, processos se decompõem em partes; estas, por sua vez, são compostas por atores (substantivos) e ações (verbos) e, quando encadeadas, dão conta do fluxo causal buscado.

Todavia, a discussão sobre *process tracing* dos autores não indica como encontrar as partes. É necessário, portanto, combiná-la com outras duas estratégias: acompanhar as coisas (COOK, 2004) e as polícias (PECK; THEODORE, 2012). Assim, uma vez identificadas as tecnologias, atores e estratégias de policiamento de protestos planejadas e efetivamente executadas durante os SMEs, trata-se de acompanhar seus acionamentos nos anos de 2017, 2018 e 2019/1 para identificar quais atores (substantivos) foram responsáveis pelo seu acionamento nesse período através de quais ações (verbos).

Por tratar-se o *process tracing*, segundo o entendimento de Bech e Pedersen (Idem), de uma forma de explicitar causalidade, é possível ainda combiná-lo com outros métodos de pesquisa qualitativa. A saber: entrevistas e análise documental. Assim, a pesquisa sustenta-se a partir de fontes primárias e secundárias na análise documental. A plausibilidade explicativa decorrente do processo de análise e triangulação documental foi então apresentado a um informante privilegiado, para usar um termo da antropologia clássica, para refinamento do modelo. O especialista internacional esteve envolvido no planejamento e execução da segurança dos megaeventos. Em uma entrevista não estruturada e em profundidade, este informante⁴ concordou em avaliar o modelo explicativo elaborado a partir da análise documental. Uma visão geral da atuação da consultoria em questão também foi oferecida, ainda que questões consideradas de interesse para a empresa, para seu país de origem ou para Governo Brasileiro foram intencionalmente deixadas sem resposta.

⁴ Por razões de confidencialidade, maiores detalhes sobre a identidade do informante, ou sobre a entrevista, não serão apresentados.

Análise documental

Não foi possível a análise de documentos internos das forças de segurança – Exército Nacional e PMERJ. Foi realizado um esforço para tal acesso, mas apenas documentação produzida, e tornada pública, pelas agências civis foi analisada. Um levantamento extensivo dos documentos relativos ao tema foi realizado por Vasconcelos (2018) e serviu de base para a análise documental. Outros exemplos de compilações dos impactos dos megaeventos esportivos na segurança foram realizados pelos Comitês Populares da Copa locais⁵ e pelo Comitê Nacional. O relatório nacional inclui um levantamento das inovações institucionais introduzidas para os SMEs. Foram elaborados por parte dos governos federal e estadual, através das Secretarias Especiais para Segurança de Megaeventos, protocolos de ação; as forças de segurança dos três níveis também produziram arregimentação interna para a segurança dos SMEs, que como mencionado, não foi tornada pública.

A literatura sobre legados de SMEs⁶ aponta a necessidade de se considerar a preparação, realização e o momento posterior ao evento, não apenas este último. No caso específico da segurança dos megaeventos sediados no Brasil, os primeiros estudos realizados corroboram com tal ressalva. Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos foram adotadas significativas transformações que distanciavam as ações no momento dos

⁵ Dossiê sobre o Rio de Janeiro: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

⁶ Esta foi revisada no relatório de qualificação apresentado no final do primeiro semestre desse ano e só será retomada aqui para justificar escolhas metodológicas.

eventos daquilo que havia sido decidido e planejado anteriormente, incluindo mudança dos órgãos responsáveis e, conseqüentemente, de estratégias e culturas institucionais. Cabe destacar que tais mudanças *ad hoc* não excluem a possibilidade de que os planos originais venham a constituir legado. Em outras palavras, estratégias pensadas para a segurança dos eventos que eventualmente foram alteradas, podem posteriormente ser empregadas. Poder-se-ia argumentar que a principal transformação dos planos originais foi a federalização do comando da segurança. Este foi retirado do Comitê Rio 2016 e assumido pela União. Como esperado, isso significou maior protagonismo das forças federais de segurança, quais sejam: as forças militares federais e a Força Nacional. Isso não implica, necessariamente, que as forças de segurança estaduais e municipais que receberam adestramento para realizar a segurança dos SMEs não possam estar empregando no policiamento de protestos táticas e tecnologias incorporadas durante a preparação, sobretudo após o fim da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.

Uma vez mais, nota-se a importância em considerar os três momentos – preparação, realização e pós-eventos – na análise de legados. Por fim, cabe notar que apesar de que o planejamento institucional ter englobado vários megaeventos, alguns não esportivos como a Jornada Mundial da Juventude, é necessário definir quais eventos serão analisados, dado que as soluções *ad hoc* adotadas para cada evento (por vezes, improvisadas) podem implicar em transformações estruturais da mesma forma que as estratégias formais elaboradas ao longo dos anos que antecederam os SMEs.

Assim, foram escolhidos os dois principais megaeventos esportivos, aqueles que Roche (2002) consideraria giga eventos devido magnitude do capital envolvido e do

alcance internacional do evento. A Copa do Mundo Fifa Brasil 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016 constituem os eventos de análise deste trabalho. De escopo nacional, a Copa do Mundo Fifa foi sediada em doze capitais diferentes. Em algumas delas como Rio de Janeiro e São Paulo, além dos estádios e seus entornos, outras áreas estiveram em situação de excepcionalidade. Os chamados “Fifa Fan Fest” constituíram espaços de exceção, estas áreas isoladas na cidade foram cercadas e vigiadas pelas forças públicas de segurança que delimitavam uma zona de exclusividade para os patrocinadores do evento. Apesar de não contar com áreas fechadas para fãs dispersas pela cidade, as Olimpíadas instauraram uma situação de igual indefinição do público e do privado. Ao contrário dos “Fãs Fest”, as zonas olímpicas, em especial a Cidade Olímpica, uma zona pública, tiveram sua segurança gerida pela empresa privada ISDS. Tal opacidade na distinção entre público e privado teve consequências importante no legado em segurança, como se pretende mostrar.

Esse enfoque contribui para a delimitação dos objetivos de pesquisa, especialmente considerando a complexidade da questão da segurança na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Permite, também, solidificar as pretensões argumentativas, dado que exclui potenciais legados placebos – transformações estruturais na governança do espaço sede que potencialmente seriam levadas a cabo mesmo sem a realização dos SMEs, ou que foram apenas aceleradas (PREUSS, 2015)⁷.

⁷ Um exemplo interessante de potenciais legados placebos no Rio de Janeiro são as Unidades de Polícia Pacificadora. O modelo militar de “pacificação” de regiões da cidade foi sem dúvida parte da estratégia geral de segurança para os grandes eventos, mas já estavam no horizonte das forças de segurança (PROUSE, 2012).

Capítulo 1 – Megaeventos esportivos: catálise e legado

Como mencionado, a agenda definida por Giulianotti e Klauser (2010) marcou os estudos sobre legados de SMEs em segurança. A literatura estruturou-se a partir dos estudos foucaultianos sobre *dispositivos* e governamentalidade; dos estudos de Stephan Graham (2017) sobre o novo urbanismo militar; e sobre a centralidade do risco. Mesmo os pesquisadores situados nos nós da rede de governança da segurança incorporaram o arcabouço teórico e a agenda elaborados por estas vertentes dos estudos críticos (ver, por exemplo, RODRIGUES; BRANCOLI; KALIL, 2018).

Neste trabalho, legado é definido como o posterior agenciamento de transformações estruturais decorrentes da preparação e realização do evento (PREUSS, 2015). A tecnologia, mas também o conhecimento, as identidades e as redes, apenas tornam-se legado quando/se acionadas pelos agentes – humanos ou não-humanos. Define-se legado, não como “tudo que permanece”, mas como seu agenciamento.

To understand mega-events, it is not sufficient to just examine large scale construction projects or international tourism. Such events result in the transformation of governance, as undertakings that cannot be delivered and operated through ‘business as usual’ provisions of government and the private sector. (JENNINGS, 2012b, p. 22)

Thompson et al (2018) realizou um levantamento sistemático e quantitativo sobre o tema. Os autores apontam para o caráter predominantemente empírico dos estudos sobre legado. Em sua maioria, os trabalhos analisados enfocam tipos específicos de legado, apenas uma minoria das pesquisas dedicou-se a uma análise mais ampla da questão. Os trabalhos que propuseram articular um enquadramento teórico constituem cerca de 30%.

Entre estes, as abordagens mais comuns foram, em ordem decrescente do número de artigos levantados: teoria das trocas sociais (*social exchange theory*); teoria de processos e mudança (*process/change theories*); teoria dos atores decisórios (*stakeholder theory*); alavancagem por eventos (*event leverage*); teoria crítica urbana (*urban critical theory*); e governamentalidade (*governmentality*). Entre os artigos que tomaram apenas um tipo de legado como objeto de reflexão, a maioria foi enquadrada em uma categoria na qual os autores incluíram “Vida pública, política e cultura”. Entre estes, apenas uma pequena parcela focou-se em “governança, *guidelines* e políticas públicas”. Em todos os tipos de legado analisados, o foco em resultados supera o número de trabalhos preocupados com governança e políticas pública.

Há, como visto, um déficit em relação ao legado político na literatura especializada, que apenas começa a ser notado na segunda década do século XXI (CORNELISSEN; BOB; SWART, 2011). Da mesma forma, as tentativas de oferecer uma sistematização sobre o conceito também foram objeto de pouca atenção. Holger Preuss (2015) oferece o enquadramento conceitual mais operacionalizável segundo os objetivos desta pesquisa, pois inclui o *pós evento* como parte da construção do conceito. Assim, o legado é definido não apenas pelo que foi feito na preparação e realização dos SMEs, mas também por aquilo que é feito à posteriori. O autor introduz a importante distinção entre legado e impacto; apenas quando acionado o valor de uso das transformações estruturais (valor de troca) configura-se legado.

Legacies are also impacts, but only those that are caused by the structural changes that were previously made by the Olympic Games. Legacies last much longer because the structural changes create ever new

consequences. [...] To measure a legacy, we also need to know whether we measure an outcome of some event or we measure a process. Koenigstorfer et al. (2017) define a legacy as a process which means that the time span for measurement is infinite (e.g. increase in global warming due to carbon dioxide emission by building event infrastructure). Legacy can be regarded as a process and/or as an outcome (Preuss 2015). *If legacy is defined as outcome, it must refer to a certain time span.* Even though this enables us to measure a legacy, we need to accept that a given time span limits including the entire picture of a legacy. (PREUSS, 2018, p. 5, grifo nosso)

Como mencionado, a literatura nacional sobre legado adotou a conceituação de Giulianotti e Klauser (2010). Os autores propuseram uma agenda de pesquisa que atentasse para as (I) transformações urbanas, nominalmente a expansão do urbanismo militar, (II) aspectos da governamentalidade, como a expansão das tecnologias de vigilância, e (III) a crescente centralidade do manejo do risco. A definição de legado de Giulianotti e Klauser (2010) não se distancia significativamente daquela proposta por Chapellet (2012). A saber, “tudo que permanece e pode ser considerado como consequência do evento no seu ambiente” (GIULIANOTTI, KLAUSER, p. 77). Tal definição apresenta limitações como a possível inclusão de legado placebo (PREUSS, 2018); ademais, como pretende-se argumentar, o legado em segurança não se limita ao ambiente dos SMEs⁸. Por fim, a permanência sem acionamento não configura legado.

⁸ Apesar de refletir apenas sobre o caso da Cidade do Rio de Janeiro, entende-se que o legado é trasladado para além dos ambientes onde os SMEs foram realizados, haja vista, por exemplo, a construção de Centros Integrados de Comando e Controle em cidades brasileiras que não sediaram eventos.

Bruno Cardoso, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e uma das principais referências nacionais sobre o tema, define legado como

[...] aquilo que é deixado, que fica, permanece, tem centralidade em praticamente todos os discursos acerca dos megaeventos. Fala-se de *legado* em urbanismo, em obras de infraestrutura e de transportes, em estádios e instalações esportivas, e também em segurança pública. [...] ‘Legados’ são *prometidos, esperados, cobrados, lamentados, invejados*”. (CARDOSO, 2013, p. 126 e 127. Itálicos no original)

Nota-se uma dimensão interessante associada ao conceito, e ausente em Chapellet (2012): a dimensão discursiva e em disputa do legado. Não que a literatura internacional sobre o tema ignore o papel argumentativo do legado nos SMEs, desde a candidatura até o momento posterior. Cardoso introduz o dissenso ao legado; dando, ainda que indiretamente, atenção ao agenciado das transformações produzidas.

Cardoso (2013)⁹ e Vasconcelos (2018) incluíram transformações estruturais em suas análises. Mas no caso de Cardoso, inclusive devido ao momento em que o autor se dedicou ao tema, a fase pós eventos não foi considerada. Em Vasconcelos, o período posterior está presente. A avaliação sobre legado em segurança elaborada por Vasconcelos é completa e extensiva. Sua pesquisa beneficiou-se enormemente de sua posição como funcionária pública de carreira que atuou na Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos. Ainda assim, o conceito de legado empregado, apesar de

⁹ Bruno Cardoso contribuiu significativamente para os estudos sobre legado em segurança dos SMEs. Sua produção serviu de base para estudos posteriores, como o trabalho de Vasconcelos (2018), realizado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

bastante elucidativo, não se atenta às mesmas questões que o presente trabalho. A definição dada ao conceito de legado por ela é demasiado ampla para responder aos objetivos aqui presentes. Estão incluídos aspectos muito variados, como a imagem internacional do país e a manutenção de softwares de vigilância. A principal ressalva proposta está na operacionalização derivada do conceito. Ao definir legado como “tudo que é deixado, que fica, que permanece”, a autora centra sua análise sobre a continuidade e não com agenciamento. Poderia derivar dessa definição a conclusão da autora de que a deterioração do contexto político e econômico do país, do momento da candidatura até o pós-evento, dificultou tal continuidade comprometendo o legado.

A construção do conceito proposta por Holger Preuss (2007, 2015, 2018, 2019) parece mais adequada à uma avaliação sobre o legado. O autor parte de uma literatura econômica, articulando conceitos como valor de uso, de troca e em contexto. Tomando os trabalhos de Holger Preuss como referência, entende-se que escapa à literatura nacional a noção de que legado só acontece quando a transformação estrutural (valor de troca) é acionada (valor de uso) segundo os interesses dos atores (valor em contexto). “Em outras palavras, legado depende de mudanças no lado da oferta” (PREUSS, 2015, p. 652, tradução nossa). Nesse modelo, o que Vasconcelos considera como legado é o valor de troca que precisa ser acionado segundo a demanda dos atores. Em termos do presente objeto de estudo, implica afirmar que as transformações estruturais decorrentes dos SMEs devem ser consideradas legado apenas quando acionadas pelos atores envolvidos na governança do risco em segurança.

Vasconcelos (2018), Neves (2015) e Cardoso (2013) consideram que os maiores legados em segurança seriam: o aspecto tecnológico, como as tecnologias de comando e controle (TIC); e a coordenação institucional herdada através dos Centros Integrados de Comando e Controle, e das redes criadas nas secretarias e grupos de trabalho instituídos *ad hoc*. Cardoso (Idem) e Neves (Idem) enfatizam a centralidade tecnológica e a transformação institucional, respectivamente.

Klauser (2011) apresenta uma proposta de classificação do legado em quatro tipos que em muito se aproximam das ferramentas de gestão de risco conforme apresentada por Jennings (2012b), ainda que suas conclusões sejam opostas. Foram utilizadas as ferramentas de gestão e não a classificação dos legados, por serem aquelas mais bem desenhadas para o propósito de análise do legado em segurança.

KLAUSER (2011)	JENNINGS (2012A)
Tecnologias de vigilância e integração	Nodalidade
Práticas de segurança	Organização
Orçamento	Tesouro
Políticas governamentais e legislação	Autoridade
Colaborações	Nodalidade

Apesar de utilizar o instrumental analítico recuperado por Jennings (2012a), é defendida a existência de reprodução transnacional de tecnologias de vigilância, práticas, colaborações, políticas e legislação introduzidas em SMEs (KLAUSER, 2011; FUSSEY, KLAUSER, 2015). A reprodução desses modelos deve ser vista não como transferências, mas como “[...] co-produção através de processos concorrentes de experimentações localmente situadas, intermediação interessada e redes de emulações” (THEODORE; PECK, 2010, p. 171, tradução nossa).

Dois aspectos da segurança de SMEs devem ser considerados. Dada a natureza de articulação do global no local que caracteriza os SMEs, a segurança destes implica atores locais, nacionais e transnacionais – que tão pouco se resumem a organismos internacionais ou estados nacionais. Da mesma forma, a segurança de SMEs invariavelmente demanda algum nível de cooperação e parceria público-privada. Ao mesmo tempo, os SMEs são utilizados no teste de novas técnicas e ferramentas. Assim, a segurança de SMEs é realizada através de circuitos de imitação e aprendizado institucional (KLAUSER, 2011). Trata-se de reprodução, e não replicação, de modelos que não se atêm ao aplicado na sua suposta origem e sofrem um processo de mutação em cada *case* em que são reproduzidos.

Diferentes coletâneas foram elaboradas para discutir o tema, sobretudo em revistas e periódicos de Geografia. A edição da Urban Studies de novembro de 2011 dedicou o número 15 do volume 48 ao tema. The Geographical Journal focou seu volume 181, número 3 de setembro de 2015 na securitização de megaeventos. Em ambos

periódicos Francisco Klauser, geógrafo da Universidade de Neuchâtel na Suíça, atuou como editor. Klauser contribuiu também para o livro editado por Bennett e Haggerty (2011). Este oferece a vantagem de aportar abordagens de outras áreas além da Geografia. Os diferentes estudos de casos compilados exemplificam possibilidades de articulação dos atores internacionais – como as corporações proprietárias, consultorias e empresas transnacionais de segurança – com as forças de segurança local, estadual e nacional. Estas análises fazem coro em relação à presença de transformações estruturais na governança da segurança decorrentes de SMEs nos diferentes Estados e cidades sedes – mesmo em países que foram capazes de oferecer soluções endógenas às ameaças em segurança, como o Japão (WOOD, ABE, In. BENNETT; HAGGERTY, 2011). Os autores parecem compartilhar um receio em relação à demanda dos SMEs¹⁰ e o procedimento legal democrático que deveria orientar o funcionamento das forças de segurança. Está presente, de forma reformulada, o receio em relação à governança.

Ao contrário do defendido por Jennings (2012a), para quem as constelações políticas nacionais são o ambiente definidor das escolhas de ferramentas para gestão do risco, a coletânea conclui com trabalho de Boyle (In BENNETT; HAGGERTY, 2012) sobre a formação de grupos transnacionais com expertise e legitimação necessária para definir a agenda de ameaças e, portanto, as soluções em gestão do risco. Mais que a

10 Autores como Eick (in BENNETT; HAGGERTY, 2011), argumentam que a segurança de SMEs é submetida à segurança financeira das corporações proprietárias e as empresas transnacionais patrocinadoras.

cooperação entre Estados, seriam os atores privados os responsáveis por promover a circulação através da padronização do campo.

Aqui é proposto uma articulação entre uma leitura bourdiesiana do social com uma abordagem derivada da teoria ator-rede que busca analisar os condicionantes que permitem a existência do social (BUZELIN, 2005). Assim, além da relevância do *habitus* no acionamento que produz legado, busca-se destacar a agencia de atores não-humanos que também são capazes de produzir transformações nas redes de governança da segurança delimitando o horizonte dos acionamentos possíveis.

Notas sobre o risco

A noção de risco tomou progressivamente diversas agendas, de forma que a preocupação sobre seu manejo coloniza as mais diversas áreas, como evidenciado pela criação de instituições e a proliferação da linguagem do risco (JENNINGS, 2012b). A noção de risco não é necessariamente nova, sua evolução se sustenta nos avanços da estatística, sobretudo a partir do XIX. Todavia, importantes transformações em relação ao uso contemporâneo do termo devem ser destacadas. Houve uma transformação do risco na sociedade moderna, decorrente de seu crescimento econômico, globalização, urbanização, interdependência e progresso científico-tecnológico, de forma que os perigos percebidos têm origem na ação humana. O risco tem natureza matemático-estatístico. É, portanto, quantificável, ao contrário da incerteza. O processo de colonização mencionado, tornou-o um aspecto integrante das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Pode-se associar o risco – e seu manejo – a um processo de expansão da centralização e controle das sociedades e estados ocidentais.

Transformações amplas, e uma tendência expansiva, estão associadas também aos megaeventos esportivos e à segurança. São os três – risco, SMEs e segurança – dotados de um potencial colonizador característico do alto-modernismo (ROCHE, 2002).

Both the risk and governance of mega-events are therefore tied up with these macroscopic historical shifts of manmade production and control of risk. As such, they are essential for understanding governance of hyper-modern projects such as the Olympics. (JENNINGS, 2012b, p. 19)

Os textos produzidos por Will Jennings, em seu período pós-doutoral na London School of Economics, constituem o principal corpus de trabalho sobre risco e SMEs. A pesquisa foi desenvolvida contemporaneamente à preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres de 2012, dando às Olimpíadas maior centralidade na análise. A Copa do Mundo FIFA da Alemanha de 2006 foi usada comparativamente nos textos que buscavam identificar as origens das soluções institucionais adotadas para manejo do risco, numa tentativa de comparar processos de inovação versus isomorfismo.

Apesar da grande relevância de sua contribuição, Jennings não dedica grande esforço em diferenciar o risco em segurança do risco em sentido amplo. Em seu livro “Olympic Risks” (JENNINGS, 2012b), o autor propõe uma categorização dos riscos (*hazard and risks*) em sete categorias, dentre as quais ele situa os riscos em segurança (*safety and security*). Nessa categoria o autor inclui: terrorismo, crime local, desordem pública, controle de multidões¹¹, ferimentos (*injuries*) de expectadores ou atletas, ataques cibernéticos e acidentes de veículos. Outro tipo de categoria de risco seria o político, no

¹¹ “Crowd control (e.g. ticketing barriers, evacuations)” (JENNINGS, 2012b, p. 42, Tabela 3.1)

qual o autor inclui protestos na lista de ameaças. No entanto, em trabalhos prévios (Idem, 2011), o autor parece usar de forma intercambiável *manejo de risco em segurança* e *manejo de risco* sem atentar para o que seriam as especificidades da segurança. Na introdução do seu principal livro citado acima, Jennings inclui protestos (posteriormente definidos como risco político e não em segurança) como uma ameaça do mesmo tipo que o terrorismo (Idem, 2012b, p. 4).

A progressiva expansão do termo tão pouco ajuda na sua delimitação; cabe destacar sua vinculação crescente nos estudos de informática e cyber-segurança. Um mapeamento completo do uso do termo *security risk management*, retomando o cânone do debate sobre a segurança¹² e incluindo a dimensão êmica dos sentidos atribuídos pelos usuários do termo, foi elaborada por David J. Brooks (2011)¹³. O mapa elaborado ilustra as principais noções articuladas pelos profissionais na área de manejo do risco em segurança, e destaca a centralidade da percepção (culturalmente situada) das ameaças. O manejo do risco é um cálculo sobre ameaças, prevenção e estratégia de resposta imediata.

In some senses akin to the risk orientation of the financial derivative, itself indifferent to the actual underling people, places or events by virtue of modulated norms, the contemporary security derivative is not centred on who we are, nor even on what our data say about us, but on what can be imagined and inferred about who we might be – on our very proclivities and potentialities. (AMOORE, 2011, p. 24)

¹² Zedner (2009).

¹³ Professor da Escola de Ciências da Computação e Segurança, posteriormente renomeado de Security Research Institute, inserido na Universidade Edith Cowan, Austrália.

Cabe frisar que os SMEs envolvem percepções distintas das ameaças. O chamado *perfil de risco* dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é tido como distinto daquele da Copa do Mundo FIFA¹⁴. O perfil de risco depende, também, das características dos anfitriões. Como apontado pela literatura e por informantes da pesquisa, o Brasil – como parte do Sul Global – é visto como portador de ameaças específicas que dão origem a percepções ampliadas do risco por parte da audiência internacional, sustentando pressões para adoção de modelos de gestão do risco que não seriam percebidas como necessárias em países ou cidades do Norte.

Todavia, segundo a literatura especializada, a diferença entre perfis de risco do Norte e do Sul não impediu a uniformização da gestão do risco através de um processo de isomorfismo. Vasconcelos (2018) e Cornelissen (2010) demonstram como riscos percebidos por audiências do Norte, como o terrorismo, foram incorporados em preocupações do Sul, e como as estratégias de gestão adotadas derivam de soluções desenvolvidas no Norte. A saber: o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) que inclui as tecnologias de informação e controle. Em contraste com a análise feita por Jennings sobre Londres 2012 e a Copa do Mundo FIFA 2016 na Alemanha, onde o autor constatou a preponderância das constelações institucionais nacionais na determinação das ferramentas. Seria possível argumentar, em consonância com Vasconcelos (2018), que o Sul Global está mais sujeito a processos de isomorfismo.

¹⁴ Este inclui o que a literatura de língua inglesa chamou de *hooliganism*, que no caso brasileiro se aproximaria da violência de torcidas organizadas.

Visando identificar todas as dimensões em que o legado do modelo smart city possa afetar a gestão do risco, foram identificadas quatro ferramentas de manejo (JENNINGS. 2011, 2012a). *Nodalidade* é entendida como a capacidade do Estado em centralizar-se dentro de uma rede orientada a captar informações, inclui-se a articulação entre diferentes agências dentro do Estado. *Autoridade* refere-se à capacidade normativa e autonomia legal do Estado. A terceira ferramenta – *tesouro* – avalia a capacidade orçamentária para levantar informações e orientar comportamentos. Por fim, a *organização* é definida pelo autor como a capacidade de atuação direta das forças de segurança ou de transformações do ambiente.

O uso combinado dessas ferramentas sustenta o aspecto estatístico antecipatório do risco que passa a orientar as estratégias de policiamento de protestos. O risco, sobretudo o risco em segurança, é um processo para aferir possibilidades que é ao mesmo tempo estocástico e bayesino, perene e dinâmico. Assim, sujeitos, corpos e lugares são classificados como portadores de um risco específico, ao mesmo tempo em que toda nova informação é inserida no modelo. Essa nova forma de pensar e organizar o policiamento de protesto faz parte de um processo de padronização do campo transnacional da segurança; tornando-se um imperativo normativo e ideacional dos atores nesse campo. É importante destacar como tal processo é levado a cabo não apenas pela natureza expansiva do campo da (in)segurança como definido por Bigo (2011) mas também pela capacidade de transformação das redes deriva da ação dos atores não-humanos. Os softwares de gerenciamento de dados atuam na transformação de estruturas da governança da segurança e da gestão do risco.

O risco em segurança é em si um modelo de antecipação organizado a partir do que alguém poderia vir a fazer, não sobre aquilo que há feito. Aplicada à segurança, a atuária implica a construção de um “outro potencial”, definido a partir da presença web dos indivíduos e de características identitárias: uma combinação (por vezes falha e perversa) do enfrentamento direto do policiamento ostensivo na segurança urbana – que nas Ciências Sociais se aproxima dos estudos de comunidades marginais como conhecido na ecologia urbana da Escola de Chicago – com a análise algorítmica daquilo que os estudos de segurança da Escola de Paris denominaram banóptico (BIGO, 2008).

Não significa afirmar uma ausência prévia dos esforços de inteligência e antecipação no policiamento. Faz parte das histórias das policiais ocidentais, sobretudo em grandes cidades, o monitoramento e fichamento de potenciais “perturbadores da ordem” ou agitadores políticos. A novidade está em que os esforços de antecipação já não se limitam a uma identificação ecológica (bairros ou regiões da cidade) ou estocásticas (indivíduos e grupos com histórico de envolvimento), que no caso brasileiro está atrelado ao racismo institucionalizado. Para retomar os termos do cânone das Ciências Sociais, já não se trata de monitorar o bairro ou gueto onde vivem as populações marginalizadas (ecologia urbana), nem de vigiar os sujeitos e corpos desviantes (tradição foucaultiana da sociologia na punição), nem mesmo de controlar o excedente de força de trabalho (sociologia da punição pashukaniana). Trata-se de uma colonização do futuro, no qual se realiza, ao menos em um dos cenários algorítmicamente possíveis, o devir irruptivo de todos e qualquer um.

Jennings (2012a) menciona ferramentas de policy e de governo sem uma diferenciação precisa. Sua identificação do Estado como exclusivo responsável pela provisão da segurança, analisada por ele através da gestão do risco, vai de encontro à literatura que identifica um longo processo de transformação do governo em direção à governança. Ainda que o objetivo do autor – determinar o peso dos ambientes na escolha das ferramentas – justifique seu foco no Estado, seguir assumindo um modelo onde este é o único provedor de segurança é demasiado opaco e subestima o escopo do legado. O próprio Jennings (Idem) define SMEs através da sua consequência na alteração das relações de governança.

Trata-se de um lugar comum referir-se à diversidade de definições de um conceito em ciências sociais, poucos termos gozam de consenso em relação ao seu significado e utilização. *Governança* não se encontra nesse reduzido grupo. Esta tem sido empregada em diversas áreas, e por uma ampla variedade de sujeitos, de forma que seria possível argumentar sobre um esvaziamento de sentido e impossibilidade do uso do termo de forma analítica, ou até mesmo normativa. Foi buscada, entre os amplos usos do termo, uma definição que seja conceitualmente significativa e operacionalizável. Em outras palavras, e de acordo com o rigor exigido pela academia (diferente daquele das OIs e ONGs, por onde o termo governança circula), trata-se de elucidar, entre a amplitude de definições e usos, uma abordagem capaz de explicitar atores e processos. Cabe destacar que a maleabilidade atribuída ao termo é negativa apenas do ponto de vista dos analistas; para os “praticantes” – OIs, ONGs, think tanks, etc – tal maleabilidade é, por vezes,

positiva dado que permite ser utilizada como um guarda-chuva para adoção de políticas das mais diversas searas.

Apesar de não ser exatamente recente, quase duas décadas se passaram desde a publicação dos textos que muitos argumentariam ser seminais (KRAHMANN, 2003; WEBER, et al. 2004), governança da segurança (*security governance*) ainda é um conceito em disputa. De um ponto de vista otimista, pode ser entendido como uma aceitação por parte da comunidade acadêmica de que o termo possui algum potencial para além da aparência de excessiva maleabilidade. Pretende-se apresentar uma abordagem tida como mais interessante do ponto de vista acadêmico, elucidando suas vantagens e limitações analíticas para pensar a provisão de segurança articulada durante um megaevento esportivo e seus posteriores agenciamentos.

Em síntese, o objetivo desta sessão é apresentar os diferentes usos do termo governança da segurança, conforme articulado pelas áreas de Relações Internacionais e Criminologia. Defende-se que o conceito oferece significativas vantagens para pesquisar o processo de provisão de segurança nos SMEs. Estes são exemplos da presente diluição de fronteiras entre interno e externo, entre segurança pública e internacional, na medida em que envolvem uma variedade de atores distribuídos em diversos níveis (local, nacional e transnacional).

No caso dos eventos realizados no Brasil, é evidente como as particularidades dos desafios para segurança na América Latina, como a predominância de ameaças internas não-estatais, são relevantes na transformação decorrentes na governança da segurança. A segurança de SMEs explicita a transformação da natureza das ameaças percebidas, dado

o intenso processo de securitização presente na preparação e realização dos eventos. O aspecto cumulativo, e não substitutivo, implicado na evolução das definições de segurança (nacional, social e humana) também está claramente presente.

Apesar da ampla variedade de usos aos quais o termo governança é submetido, o objetivo aqui não é realizar uma compilação desses usos; tão pouco, realizar um pot-pourri teórico lançando mão de nuances sem levar em conta o conjunto da abordagem conforme proposta pelos autores citados. Pretende-se apresentar, brevemente, uma abordagem que ofereça horizontes práticos para a pesquisa acadêmica; indicando possíveis lacunas ou associações.

Para utilizar jargões da antropologia, governança é ao mesmo tempo um termoêmico e ético. Sua origem não pode ser desassociada dos relatórios de organismos internacionais, como o Banco Mundial. O termo consolidou-se em política internacional referindo-se a contextos incrivelmente distintos. Por um lado, *governança* prestou-se para lidar com o problema da incapacidade dos chamados “Estados falidos” em prover serviços e garantir o cumprimento de um regime legal, basicamente de cumprir as funções de Estado que permitissem a consolidação de uma sociedade e do mercado. Nesse sentido, governança oferecia uma via que permitia combinar esforços de variados atores na realização das funções outrora (ou apenas normativamente) providas pelo Estado.

Em situação oposta encontravam-se os países do Atlântico Norte em ampla transformação. No Reino Unido, por exemplo, trata-se de uma reestruturação do estado centralizador, consagrado como “Modelo de Westminster”. Há um duplo paradoxo: a) o conceito tem origem em dilemas apresentados por contextos quase opostos; b) o conceito

foi cunhado para equipar agências com o aspecto político da direção da vida econômica e social, todavia (a depender de como é aplicado) elimina o *político* – disputa pela definição dos fins e meios (SCHMITTER, 1997)¹⁵.

A bibliografia sobre governança é predominantemente anglófila. Todavia, e como antecipado, essa hegemonia linguística não foi suficiente para atribuir uma uniformidade de sentido ao termo. No Brasil, foi sobretudo a literatura sobre criminologia e segurança pública que incorporou o conceito de governança da segurança. Trindade (2015), por exemplo, buscou aplicar o conceito à análise das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. O autor optou por uma definição oposta àquela proposta aqui. Segundo ele, governança é uma questão de capacidade, uma característica de uma rede. “O grau de governança de uma rede depende da sua sustentabilidade (financeira e da equipe). Ou seja, de sua capacidade de realizar ações contínuas de longa duração” (TRINDADE, 2015. p. 612)¹⁶. Neste trabalho, o conceito de governança proposto não é uma característica de um dos nós de uma rede (ou da própria rede), mas a existência da organização em rede.

Como mencionado, o termo governança apresenta uma dualidade constituinte, não sendo possível eliminar seu aspecto normativo, ainda que o objetivo daquele que lança

¹⁵ Trata-se de um ‘draft’ não destinado à citação. Todavia, como não possível encontrar um artigo publicado onde o autor desenvolvesse os mesmos argumentos, optou-se por referenciá-lo, dado que foram de extrema importância para o desenvolvimento do argumento proposto.

¹⁶ A definição de Trindade se aproxima daquela de autores como Francis Fukuyama (2013).

mão do termo seja exclusivamente analítico ou explicativo. Esse horizonte normativo é explicitado pelo adjetivo que acompanhou a origem do termo, e que ainda está presente em diversos relatórios e mesmo em pesquisa sobre formulação de política pública – a “boa governança”. Esta é suficientemente maleável para incluir nas recomendações de organismos internacionais as mais diversas pautas, produzindo o que os críticos chamaram de “listas de compras” (*shopping lists*).

A noção de “boa governança” busca resolver um dilema intrínseco ao fenômeno da multiplicação de atores que, em cooperação ou disputa, assumem a tarefa de organizar a vida social e política. Tal dilema se refere às condições democráticas de exercício da governança. A “boa governança” busca resolver, através do cumprimento de regras de organização da vida pública, a questão previamente articulada em termos da autoridade e legitimidade do Estado. Assim, é através da capacidade de prover bens, serviços e regras que os diversos atores envolvidos legitimam sua participação na governança – através dos fins alcançados. A diferença entre legitimação por fins ou meios – no modelo clássico weberiano o Estado se define pelos meios, ao passo que a governança se sustenta pelos fins – abre caminho para uma outra distinção muito trabalhada na literatura sobre o tema. Para vários autores, há uma distinção de modelos de organização presentes em um *continuum* de tipos ideais: governo e governança. Essa distinção é elaborada através de diversos aspectos:

Governo	Governança
Organização vertical	Organização horizontal

Autoridade central	Autoridade negociada
Capacidade de iniciativa vinda de cima	Capacidade de iniciativa distribuída
Vinculante via autoridade legal	Vinculante via negociação

Tal distinção é relevante para os propósitos da pesquisa na medida em que as transformações englobadas na smart city reformulam os processos de produção e organização de informações sobre ameaças em segurança, alterando os responsáveis pela produção e pelo processamento dessas informações. Igualmente relevantes são as transformações das agências dentro do Estado responsáveis pelo processo decisório que envolve a gestão do risco, incluindo a capacidade da ação direta (organização nos termos de Jennings). As demais ferramentas – autoridade, modalidade e tesouro – também tiveram suas estruturas de governança alteradas pelo modelo de smart city que orientou as transformações no Rio de Janeiro. O próximo capítulo apresenta o projeto de cidade mais inteligente e segura (smart and safe) para o Rio de Janeiro que esteve atrelado ao discurso oficial de transformações levadas a cabo para a recepção dos SMEs. É apresentado também uma análise do legado em governança da segurança a partir do caso da gestão do risco que passou a ser aplicada ao policiamento de protestos.

Capítulo 2 – Smarter and Safer Rio: um conto de duas corporações

O termo smart city é êmico, é um projeto não um conceito. Apresenta inovações, mas descende de uma longa tradição de teorias sobre a cidade, e, conseqüentemente, de gestão urbana, que a define como um aglomerado de sistemas ou redes, em variantes mais

mecânicas ou orgânicas da integração do todo urbano. Pesquisadores de outras áreas que não as ciências sociais buscaram definir o que configura uma smart city, propondo crivos. Do ponto de vista das Ciências Sociais, as disputas em torno do termo smart city apenas tem sentido a partir das consequências político-socio-culturais, o termo tem pouca utilidade analítica se tomado como critérios a serem alcançados para se possa denominar uma cidade ou vizinhança de “smart”.

Como esperado, a maioria dos estudos sobre smart cities encontram-se nessa categoria e buscam apresentar o termo, definir critérios ou propor certos modelos de arquitetura de redes para que se possam alcançar tais critérios. Menos atenção foi dada para o termo a partir de uma concepção de projeto político que visa ter consequências reais nas estruturas de governança – não apenas locais, mas nacionais e globais. Pretende-se apresentar o conceito de smart city como definido por Söderström et al. (2014) como “contação corporativa de história” (*corporate storytelling*). Para os autores, “smart city” funciona como uma narrativa para construção de um modelo de governança em que a IBM procurar ocupar a maior nodalidade possível, no sentido de controlar os processos de produção de dados, integração da análise e tradução para o modelo preditivo (um sistema de sistemas).

O projeto de cidade inteligente busca integrar os avanços tecnológicos recentes em um modelo centrado na produção e análise de dados; reorientando o tempo do planejamento urbano para um presente imediato. Do ponto de vista dos dados, trata-se apenas de uma mudança quantitativa; o termo *big data* apenas caracteriza dados não analisáveis com a tecnologia previamente existentes. As inovações tecnológicas recentes

em hardware de produção de informações e softwares de análise possibilitaram um modelo de gestão do risco alimentado por inúmeros dispositivos. Computadores mais potentes e cidadãos usuários de smartphone são a base desse modelo. Todavia, existe uma transformação mais interessante e de cunho qualitativo: tais transformações tecnológicas agenciam uma alteração do tempo da gestão, da estrutura da governança e até mesmo da infra-linguagem que torna a mútua compreensão possível.

Assim, o modelo smart city carrega uma dupla transformação: quantitativa da gestão urbana anteriormente pensada a partir da estatística frequentista, que tem sua origem no século XIX, para uma nova gestão pensada a partir da estatística bayesiana aplicada à atuária do risco; e uma mudança qualitativa referente à forma de governança na cidade, onde o elemento mais importante é o sucesso das corporações transnacionais em posicionar-se como nós centrais dessa nova rede de governança, garantindo assim o controle da formação da demanda por segurança e das formas de oferecê-la. Cabe destacar que a atuação dos atores não humanos, como softwares de reconhecimento facial, também é definidora da estrutura cognitiva que sustenta a rede de governança.

O legado – acionamento – é progressivamente ampliado a partir da expansão do campo da (in)segurança através da manutenção do *habitus* dos atores humanos, e das demandas impostas pelos atores não humanos – como as consequências organizacionais decorrentes de um modelo de fluxos de informação, como proposto pelo modelo de cidade

smart, que foi utilizado na elaboração de novas estruturas arquitetônicas de edifícios e códigos, como o Centro de Operações e o Briefcam¹⁷, respectivamente.

As questões que orientam a adoção do modelo de smart city não diferem daquelas da realização dos SMEs: preocupações econômicas no tocante ao posicionamento da cidade num mercado global destinado a atrair a classe criativa (SÖDERSTRÖM, et. al. 2014). Catástrofes, ou os próprios SMEs, são apresentados como motivadores desse processo e atuam como importantes catalizadores na sua reprodução transnacional (KLEIN, 2007). Em discurso pronunciado em evento da IBM, “Smarter Cities Rio”, o então presidente do BNDS, Luciano Coutinho¹⁸, procurou rever o tripé tradicional da inovação (setor privado, governo e universidades) para incluir dois novos elementos (a própria cidade e a sociedade civil). É interessante notar que a própria cidade, e todos os serviços oferecidos dentro dela, passam a estar orientados para a inovação.

Uma aparente contradição desponta da aproximação que se presente elucidar entre megaeventos esportivos e smart cities: a dimensão do espaço urbano. Uma das transformações presentes no modelo smart city está no abandono da escala macro. No lugar das megalópoles globais, o modelo smart city propõe espaços reduzidos de ampla conectividade e automação. Mais que acompanhar a tendência global de crescimento das cidades médias, smart cities visionam sobretudo pequenas cidades ou vizinhanças, habitacionais ou comerciais, desenhadas de forma integrada.

¹⁷ Trata-se de um software de análise de vídeo que será apresentado abaixo.

¹⁸ (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <https://www.youtube.com/watch?v=5qaHGJLPMUM>

Ainda que os praticantes tenham tentado elaborar uma distinção a partir dos níveis de “*smartness*” de diferentes espaços, em termos práticos, a ausência de uma completa integração (ainda prestes a ser alcançada)¹⁹ permite a integração do modelo smart city à governança de metrópoles como o Rio de Janeiro. O resultado alcançado, mesmo durante os SMEs, apresenta uma importante falha do ponto de vista da arquitetura da smart city, a saber: a ausência de automação, reduzindo o modelo à produção e análise de dados, deixando a determinação do caminho de ação à atores humanos.

Em outras palavras, o Centro de Operações do Rio de Janeiro e o Centro de Comando e Controle Integrado estão organizados arquitetônica e sistemicamente de forma a orientar um modelo de ação que faz parte da smart city. O que não quer dizer que não haja ruídos de tradução, como apresentados durante os megaeventos pela dificuldade das diferentes forças de segurança de atuar de forma coordenada e não comandada. A produção do legado pode chegar a ser comprometida por dificuldades nessa tradução. Uma alternativa ensaiada é o comando situacional, onde o comando da operação é definido de acordo com a natureza da ameaça tendo em vista as atribuições formais das organizações que compõem ambos centros.

A partir do conceito de narrativa, a sessão seguinte busca elucidar como duas corporações transnacionais lograram alcançar sucesso ao centralizar-se como caminho necessário para a obtenção de cidades mais inteligentes e seguras. Buscou-se, a partir do

¹⁹ Segundo os propositores da smart city, nenhuma cidade teria atingido o grau de automação necessário para serem consideradas de fato “smart”. O que existem são modelos integrados de produção e análise de dados mas o processo de tomada de decisão ainda não foi automatizado para além de pequenas vizinhanças teste.

acompanhamento das coisas (follow the things), indicar como o produto catalítico dos megaeventos esportivos também se encontra móvel internamente – a partir do agenciamento de atores humanos (a partir do *habitus*) e de atores não-humanos.

Smarter Rio by IBM

A produção de uma Rio “mais inteligente” é um dos principais pontos a questionar a suposta natureza mimética do processo de reprodução transnacional dos modelos de governança que circulam atrelados a megaeventos esportivos. Por imposição da FIFA (GAFFNEY, ROBERTSON. 2018) o Governo Federal foi obrigado a construir dois Centros Integrados de Comando e Controle para coordenação da segurança do evento a nível nacional, servindo o centro do Rio de Janeiro de estepe para o de Brasília. As demais cidades-sedes do evento também receberam um CICC. Tal imposição explica-se, ao menos parcialmente, pela posição de Sul Global do Brasil em relação ao tipo de ameaças percebidas na cidade do Rio de Janeiro. Como apontado por um especialista consultado, o Canadá, por exemplo, muito possivelmente não sofreria uma demanda similar. Os CICC ou Centros de Controle são vendidos como soluções de segurança para cenários que são comparados a Nova Iorque durante a década de 1980, situação comum em várias cidades do Sul.

A construção do Centro de Operações iniciou-se durante o mandato de Eduardo Paes na Prefeitura do Rio de Janeiro, seguindo o formato de liderança local proposto pelos idealizadores do modelo smart city – IBM. A apresentação oficial do projeto o situava como uma resposta institucional solicitada ao mercado pelo prefeito como ação frente às catástrofes naturais na cidade. Todavia, em relação à IBM, a iniciativa deve ser pensada

desde o início do projeto Smarter Planet em 2008. O termo Smarter City® (de propriedade da IBM) define o projeto da corporação para a nova gestão urbana a partir de ferramentas de aprendizado de máquina e inteligência artificial.

O elemento de inovação proposto pela empresa é apenas um modelo tradutor que permite o diálogo entre plataformas de produção e análise de dados previamente dissociados. Assim, visando tornar-se indispensável, a IBM não necessita ser a criadora de todos os sistemas de informação, apenas garantir o monopólio da tradução (Söderström et al. 2014). Disso se tratam ambos centros, tornar-se um tradutor necessário entre os atores públicos e plataformas como Waze e Google – que transformam o cidadão em produtor contínuo de dados. Nesse sentido, não é contraditório que competidoras importantes da IBM, como a Cisco, tenham participado da construção dos centros.

Outros dados não produzidos pelo cidadão são também incorporados, como dados meteorológicos. Todavia, o sistema tem um objetivo claro que é alterar o comportamento (tido como racional) do cidadão. Um último elemento é necessário para que o processo se complete: a publicização da leitura final escolhida. Daí o uso recorrente dos CICC como ancoragens televisivas, que se manteve para além dos SMEs. A integração produzida tecnológica e arquitetonicamente integrou certos veículos de mídia.

No evento mencionado acima, o IBM Smarter Cities Summit 2011 no Rio de Janeiro, Ginni Rometty – que viria a se tornar a CEO da corporação em janeiro do ano seguinte – apresentou o plano da corporação para uma cidade inteligente. Rometty destaca a importância de que um país focado em recursos primários, como o Brasil, atente-se para a relevância dos dados – o “recurso natural” do século XXI. Para a executiva, trata-se de

um modelo ao mesmo tempo competitivo e cooperativo, que não difere instâncias públicas e privadas. A produção de smart cities se dá, no modelo IBM, a partir de três momentos: instrumentalizar para gerir, a estruturação de dados disponíveis mas subutilizados ou descordenados; integrar para inovar, com os dados de cada sistema disponíveis – transporte, energia, tempo, etc – busca-se a integração a partir de teorias de análise de sistemas, a importância da integração deriva da natureza bayesiana dos modelos empregados; otimizar para transformar, esse momento parte para as apostas preditivas do modelo, essa transformação que a integração da inteligência artificial, ou mesmo do aprendizado de máquina, com a estatística bayesiana permite a superação das equações de correlação e causalidade para modelos preditivos onde se pode graduar uma variável e experimentar com *outcomes*.

O Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro (COR) consolida, no modelo IBM de smart city, o momento de “integrar para inovar”, e trata-se de uma reprodução do centro de operações da cidade de Nova Iorque. Ao passo que os Centros Integrados de Comando e Controle podem ser alocados como centros de decisão ou como partes do primeiro momento, “integrar para gerir”. A relação entre as noções de smart city e safe city fica clara ao considerar-se que os projetos de integração dos atores envolvidos na governança da segurança tornam-se, por sua vez, provedores de dados para um sistema que o integre a outras redes.

O painel introduzido pela fala da CEO é emblemático sobre os processos de reprodução transnacional de assembleias de governança articuladas pelo projeto de cidade inteligente, que se reproduzem através de megaeventos e outros acontecimentos

com potencial catalizador, como desastres naturais. Por Rometty foram introduzidos Kenneth Schwartz e Jorge Gerdau. O primeiro destes é arquiteto e trabalhou na reconstrução da cidade americana de Nova Orleans, um caso emblemático do que Klein (2007) denominou de capitalismo de desastre. Jorge Gerdau é presidente da Gerdau Açoaminas, umas das principais siderúrgicas do país. O vínculo entre o campo transnacional da (in)segurança e o extrativismo há sido amplamente documentado na literatura sobre as companhias privadas militares (NASSER, PAOLIELLO. 2015).

O esforço da IBM em produzir um modelo que dependesse de seus produtos para a integração e manutenção rendeu à cidade do Rio de Janeiro o prêmio de smart city do ano de 2013 no Smart City Expo World que acontece em Barcelona desde 2011 – dois anos após a IBM lançar sua campanha mundial de Smarter Cities. A escolha da capital catalã para sediar a feira que celebra o modelo de automatização da cidade é simbólica, além de agregar valor. Poder-se-ia argumentar que Barcelona é, ao lado de Nova Iorque, um dos modelos de transformação urbana mais reproduzido nos termos de Theodore e Peck (2010). As Olimpíadas de Barcelona 1992 inauguraram o vínculo entre o evento e transformação urbana como concebido hoje em termos de “coopetição” (*coopetition*) como define Rometty.

Críticos ao modelo, Gaffney e Robertson (2018) retomam o conceito de narrativa (*corporate storytelling*) e questionam a capacidade da IBM em ter levado a cabo a efetivação do COR, tendo o grupo local criado pela prefeitura, chamado PENSA, assumido a diretriz do projeto. Segundo os autores, um acordo posterior permitiria a IBM continuar utilizando o *case* em seu portfólio. Ainda segundo eles, o projeto jamais

alcançou o terceiro estágio, preditivo, tendo permanecido como um modelo reativo não automatizado. Os autores chegam à conclusão que as pressões políticas e econômicas impediram a efetivação do projeto, assim os projetos de smart city respondem a uma demanda econômica que busca reorientar o grau de competitividade internacional das cidades (GAFFNEY, ROBERTSON. 2018; Söderström et al. 2014) ignorando as demandas sociais. Logo, respondem a demandas econômicas assim como os projetos de policiamento a que dão origem (PERON, ALVAREZ. 2019), especialmente na consolidação do modelo de policiamento preditivo que passou a ser aplicado a protestos e manifestações públicas.

Tomando a gestão do risco aplicada a protestos como foco, a sessão seguinte busca mostrar quais as ferramentas estiveram disponíveis durante os megaeventos esportivos e como foram acionados desde então.

Figura 1²⁰

Esta sessão procura indicar algumas das ferramentas de gestão de risco agregadas nas quatro categorias propostas por Jennings (2012) para análise de megaeventos esportivos. Está indicado o primeiro movimento dedutivo que parte da identificação das ferramentas, aventadas na preparação e utilizadas na realização dos SMEs, e seu agenciamento nos últimos três anos. Um segundo movimento, indutivo, parte da identificação das ferramentas utilizadas no momento da pesquisa e busca suas origens entre os atores envolvidos na governança da segurança na cidade do Rio de Janeiro. O método de seguir as coisas e as políticas, não implica que esteja sendo considerado o legado apenas como resultado. O *process tracing* das ferramentas de manejo do risco –

²⁰ Screenshot do homepage do site internacional da ISDS: <https://idsinternational.com/> (Consultado em 1 de dezembro de 2019)

nodalidae, autoridade, orçamento e organização – também inclui o legado enquanto processo de transformação da estrutura de governança.

Abaixo segue um levantamento das ferramentas de interesse, as quais foram “seguidas”. Para tanto, combina-se o levantamento realizado por Vasconcelos (2018) com análise documental própria. A partir da definição de legado proposta, são enfatizados os usos e agenciamentos por parte dos atores envolvidos na gestão do risco, especialmente naquele risco definido como limiar entre a segurança e o político: os protestos e as multidões.

A partir do trabalho de organizações civis que acompanham o exercício ao direito de manifestação pública, buscou-se identificar quais das ferramentas colocadas em lugar pelos SMEs foram posteriormente acionadas – construindo um legado dos megaeventos esportivos na governança da segurança. Os relatórios desenvolvidos pela organização internacional Artigo 19 compilam as respostas oficiais do Estado nas três esferas (executivo, legislativo e judiciário) e nos três níveis de poder (federal, estadual e municipal). É de especial relevância o relatório intitulado “Cinco anos de 2013”²¹ que acompanha as transformações recentes do policiamento de protestos, dos projetos legislativos que buscam criminaliza-los, e uma interpretação judicial restritiva de direitos que se consolida.

²¹ (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <https://artigo19.org/5anosde2013/files/2019/04/5-Anos-de-2013.pdf>

Em termos das ameaças percebidas há uma evolução importante no pós-eventos. Duas das ameaças aos SMEs – protestos e criminalidade – mantêm-se importantes, orientando o acionamento do legado como é discutido abaixo. O terrorismo internacional, por sua vez, que foi em todo processo uma preocupação maior para os atores internacionais, volta ao seu status prévio de ameaça menor. Todavia, um paralelo foi criado ligando-o à um outro risco: o crime organizado. As ferramentas utilizadas para o risco do terrorismo foram transformadas para atender às especificidades dessa outra ameaça, como o satélite Eros-B realocado para o controle das fronteiras nacionais. O Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, em especial, passa a ter o crime organizado como uma das suas principais preocupações, mas também um novo modelo de policiamento é introduzido como apresentado abaixo.

A empresa ISDS foi formalmente contratada pelo Comitê Organizador dos JOP (RIO 2016)²² como fornecedora de segurança com uma lista de afazeres comparável à da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 (COESRIO), apesar de, oficialmente, não ser listada no organograma da Comissão. Todavia, em entrevista à imprensa israelense, o CEO da ISDS aponta para participação empresa no CESIR/RJ e no GIA (Gabinete Integrado de Acompanhamento) como representantes do RIO 2016. Presente, portanto, no CICC – de onde eram coordenadas as atividades da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Companhia de

²² A ISDS e o Comitê Olímpico Internacional têm uma relação de longa data. A empresa realizou a segurança dos JOP de Barcelona em 1992, Sidney em 2000, Atenas em 2004 e Pequim em 2008. A empresa foi também responsável pela Copa do Mundo FIFA de 2010 na África do Sul. (<http://www.isdsbrasil.com.br/>)

Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro, além dos órgãos destinados à segurança dos eventos. As atividades listadas como função da ISDS na nota de contratação indicam que estas foram além da segurança imediata das instalações do evento; envolvendo boa parte das atividades da COESRIO, além do treinamento das forças de segurança utilizadas no evento, em outras palavras, as forças policiais²³.

When you boil it down, ISDS is not managing security for Brazil. Brazil has intelligence units, an army, police and the state authorities for that. We're like a special unit helping and advising the various agencies dealing with the event itself. We give them coverage through advanced tools, operate them, and list rules - if everyone observes them, they will prevent terrorism, crime, and vandalism. (Tomer Fulman, CEO da ISDS)²⁴.

A empresa tornou a segurança de megaeventos um dos principais pontos de seu portfólio. Se modelo centrado em análise de risco é promovido no website internacional da organização:

Since the 1986 World Cup in Mexico, ISDS has maintained a unique proven track record in planning, training, managing and integrating technologies for security major Mega Events. The most exciting moments were when ISDS was chosen to provide security for the Athens Olympic Games in 2004 and later was chosen to be the Official Sponsor and Supplier for the Olympic and Paralympic Games Rio 2016. ISDS

²³ “I Risk management; II Threat Intelligence; III Specification of Security; IV Connection between the police and security services; V Crisis management including kidnapping for ransom; VI Penetration testing; VII Technical security countermeasures; VIII Policy analysis and security risks; IX Training relating to security services listed above” (http://www.isdsbrasil.com.br/imageBank/rio/eng/Rio2016_ENG.pdf)

²⁴ (Consultado em 20 de janeiro de 2020)
<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1JCUKEWVRmVNFhsDLxeLosH3abCSI4m0->

provided to the Olympic Committees security consulting services including risk assessments, technologies consulting, and technological implementations with more than 40 different technologies installed in the head quarter of the Olympic Games, Olympic Park and at the Olympic Villa. [...]

The latest addition to the extensive practical experience and the in-depth know-how in this field was the developed of a refined ISDS's realistic multidimensional **threat assessment and risk analysis that produces actionable risk management policies and effective security planning and management**. ISDS developed and deployed its customizable “Threat to Risk to Mission to Deployment Matrix structured methodology”, synthesizing all applicable factors into a pragmatic security program and forces deployment including all-inclusive security services for Mega Events, accreditation, **crowd management and control**, security search and access screening, **surveillance, training and command and control centers**. (<https://isdsinternational.com/mega-events/>, consultado 1 de dezembro de 2019)

Construído pela empresa de segurança americana IBM, o CICC teve um custo de R\$ 104,5 milhões que foi pago pelo Governo do Estado (70%) e pelo Governo Federal (30%) (RIO DE JANEIRO, 2016). Análise exploratória do setor indicou significativo crescimento do número de empresas na região metropolitana do Rio de Janeiro, passando de 441 em 2007 para 500 em 2008, segundo o RAIS. O relatório elaborado pela agência PÚBLICA (FONSECA; et al, 2013), a partir de material institucional e dos “Spy Files 3”, demonstra como as empresas de segurança tinham clareza sobre as possibilidades abertas com a produção dos megaeventos esportivos no Brasil. Boa parte delas possui uma estrutura de lobby organizada. A americana IBM, por exemplo, promove um modelo de gestão adaptativa da cidade que foi desenvolvido na Kennedy School of Government de Harvard, e ganhou fama internacional a partir de Barcelona. O diálogo entre as

instituições públicas e empresas privadas é favorecido pela organização conjunta de eventos como a Latin American Aerospace and Defense.

No caso do Rio de Janeiro, as três esferas de governo colaboraram para aquisição de novas tecnologias e acordos de cooperação e treinamento. De forma que a cooperação desses três níveis é necessária para a criação de legado nos momentos posteriores. As relações entre o complexo industrial armamentista que fornece as tecnologias (hardware e software), o governo federal e as forças estaduais de segurança são preservadas a partir de eventos como a 4ª Conferência Internacional “Israel Homeland Security and Cyber – 2016”. Em missão oficial no evento, o Deputado Federal Alan Rick²⁵ visitou a BriefCam – The Video Synapsis Company acompanhado pelo Cel. Edison Duarte dos Santos Júnior. Este foi responsável pelo policiamento da Copa no Rio de Janeiro e coordenador especial para assuntos olímpicos da PMERJ, antes de assumir o comando da corporação em janeiro de 2016.

Os esforços de preparação da cidade para os megaeventos incluíram distintas empresas privadas de segurança; assim como a relação entre a ISDS e as forças de segurança do Rio de Janeiro precedem os SMEs, fato amplamente documentado²⁶. O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da PMERJ é apontado como o maior vínculo entre as forças públicas de segurança do Rio de Janeiro e a empresa.

²⁵ Disponível em (consultado dia 1 de dezembro de 2019): http://www.camara.leg.br/missao-oficial/missao_oficial_Relatorio?codViagem=63675&ponto=811929

²⁶ Ver, por exemplo, o documentário “The Lab” do diretor israelense Yotam Feldman de 2013.

A inovação, assim como no caso da smart city, está na nodalidade produzida pelo modelo de smart city (IBM) e safe city (ISDS). Em ambos casos, as empresas oferecem um modelo de reorganização da governança da cidade e da segurança em que sejam elas as responsáveis pelas possibilidades de futuro acionamento, na medida em que se tornam definidoras das ameaças e das possíveis soluções disponíveis. Isso é realizado através da (i) expansão direto do campo da (in)segurança e a permanência do *habitus* do agentes humanos (ii) e do capacidade de agenciamento de transformação da rede dos atores não-humanos. Este último argumento sustenta-se em duas premissas: uma tecnológica, não se pode realizar um análise de dados sem um viés imposto pela própria categorização dos dados; outra sócio-técnica, a própria arquitetura dos Centros Integrados de Comando e Controle tem consequências na estruturação da rede de governança, assim como os softwares não estão isentos das mesmas possibilidades de viés de qualquer análise de dados²⁷.

2.1 Nodalidade

Entendida como transformação na estrutura da rede de governança, a nodalidade talvez seja uma das ferramentas que mais claramente explicitam o processo que se busca elucidar. O primeiro Centro Integrado de Comando e Controle foi inaugurado no Rio de

²⁷ Os processos não supervisionados de aprendizado de máquina requerem *inputs*. Os códigos de inteligência artificial, ao contrário, são capazes de produzir uma categorização própria. Mas como não houve ainda uma automatização do processo decisório, mesmo utilizando sistemas de AI, estes ficam reduzidos a fornecer outputs para processos decisórios tomados por humanos. Em outras palavras, as consequências da disponibilidade de dados orientada para a gestão do risco apenas começam a ser notadas.

Janeiro em 2013. Segundo a narrativa oficial²⁸, o projeto do centro foi uma resposta da IBM a uma demanda lançada ao mercado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Todavia, as instituições originalmente designadas pelo planejamento estratégico em segurança para os SMEs mostraram-se incapazes de efetivá-lo, justificando importantes alterações (VASCONCELOS, 2018) que devem ser acompanhadas para a compreensão do legado. Há uma distinção importante a ser feita entre as Olimpíadas e a Copa que foi apontada por alguns informantes e sustentada pelo argumento de Adriana Vasconcelos. A deterioração do cenário político-econômico no momento das Olimpíadas resultou em maiores dificuldades, uma das principais razões apontadas foi a sabida falta de recursos que resultou em menores estímulos à participação institucional.

As culturas organizacionais distintas resultaram em diferentes padrões de participação das instituições, como o maior interesse das Forças Armadas em participar na operação. O Comitê Rio 2016 mostrou-se incapaz de coordenar os esforços de segurança, que foram redistribuídos entre os três níveis de governo sob supervisão do Governo Federal, dando origem a tensões institucionais. Os escândalos de corrupção envolvendo o Comitê também comprometeram a estratégia inicial. A re-centralização da rede de governança no Estado não implica, necessariamente, numa redução da relevância dos atores privados. A ISDS foi responsável pelas áreas esportivas dos Jogos, pelo Centro Integrado de Segurança das Instalações (CISI) e esteve nos Centros Integrado de Comando e Controle Nacional e do Rio de Janeiro como representante do Rio 2016. O legado dessa

²⁸ (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <https://www.youtube.com/watch?v=Eu9MV7ALxK0>

relação com a ISDS parece ter sido mantido como os encontros posteriores do Secretário de Segurança do Município do Rio de Janeiro com o CEO da empresa, Leo Gleser. Ainda que a empresa tenha um histórico com as forças estatais de segurança no Rio de Janeiro, outras importantes cidades do país, como São Paulo, passaram a integrar sua lista de clientes públicos.

Vasconcelos (2018) identifica uma dificuldade de coordenação, em parte devido à falta de familiaridade com as novas estratégias, mas, sobretudo, pelo abandono de uma iniciativa institucional. O Projeto Legado foi abandonado pela nova direção do Ministério da Justiça e a Secretária Nacional de Segurança Pública. Esta não foi capaz de incorporar o legado da Secretária Especial para Segurança de Grandes Eventos. O acionamento do SESGE para as eleições de 2016 evidencia o baixo grau de incorporação do legado por parte da SENASP. Apenas em 2017 o Ministério da Justiça criou uma Diretoria de Operações com o objetivo de reativar o CICCEN a partir de um novo modelo de funcionamento – o Sistema Integrado de Comando, Controle, Coordenação e Comunicação – que busca recuperar o legado em gestão participativa e liderança situacional em detrimento da abordagem mais centralizadora e hierarquizada de origem militar. Ainda a nível institucional cabe destacar a aproximação entre diferentes forças de segurança possibilitada pelo compartilhamento dos CICC. Outra aproximação importante deu-se com a academia, o vínculo da Universidade Federal Fluminense e a Polícia Militar do Rio de Janeiro permanece em formas de programas conjuntos de treinamento e capacitação.

Em termos tecnológicos, as inovações introduzidas oficialmente para os grandes eventos permanecem em lugar e, assim como os CICC que foram adotados como modelo

de coordenação, foram copiadas por estados e municípios que tiveram pouca participação nas Olimpíadas. O Briefcam, um software de tratamento de imagens digitais que permite maior eficiência na identificação de indivíduos e comportamentos tidos como de risco, foi adotada nas instalações Olímpicas pela ISDS e no CICC do Rio de Janeiro. Como apontado por Cardoso (2013; 2016), as tecnologias de controle e informação são centrais no projeto de coordenação dos esforços de segurança. Uma das primeiras cidades a adotar a tecnologia foi Indaiatuba (SP) ainda em 2016. No mesmo ano passou a ser conduzido na cidade o Exercício Anhanguera – Operação Goyazes III, onde a 11ª Brigada de Infantaria Leve de Campinas (responsável pela atuação em grandes eventos) recebe adestramento.

O satélite israelense Eros-B utilizado para captação de imagens áreas no Rio de Janeiro durante as Olimpíadas, foi redirecionado para o monitoramento de fronteiras nos seis meses seguintes ao evento, conforme previsto pelo acordo de cooperação do Exército com a empresa Imageset. Tal realocação exemplifica a tentativa de aproximar o risco imposto pelo crime organizado àquele do terrorismo, haja visto que o monitoramento das fronteiras tinha como principal objetivo o combate ao narcotráfico. Os balões de vigilância fornecidos pela empresa Antave parecem ter seguido caminho distinto, tendo sido posteriormente subutilizados.

Na cidade de São Paulo, o programa “Olhos de Águia”, que havia sido apresentado como um upgrade tecnológico no sistema de vigilância aérea apresentado como inovação para os SMEs, consiste, em realidade, na criação de um banco de dados sobre manifestantes alimentado por circuitos fechados de segurança concentrados no

Centro de Operações e Controle da PMESP, mas também por gravações próprias da polícia nas manifestações (enquanto, via de regra, infringem os padrões de identificação que deveriam ser aplicados a toda a tropa²⁹).

Os relatórios sobre protestos no Brasil durante os anos de 2014 e 2015 elaborados pela organização Artigo 19 demonstram uma preocupação em relação ao papel desempenhado pelo Exército Nacional na gestão do risco durante protestos. O Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro (CDCiber) criado em 2012 para segurança virtual dos megaeventos, conforme declaração do general Jose Carlos dos Santos (ARTIGO 19, Protestos no Brasil 2014 e 2015), estaria sendo utilizado, segundo a organização internacional, para o vigilantismo virtual, utilizado pelas forças de segurança do Estado na criminalização de movimentos sociais³⁰. Outra criação do período a exemplificar a expansão do campo da (in)segurança e da rede de governança é a fundação da Escola Nacional de Defesa Cibernética na Universidade de Brasília.

2.2 Autoridade

A capacidade do exercício de autoridade legal do Estado foi matéria de disputa na preparação dos SMEs. Um dos embates ocorreu em relação à venda de bebidas alcoólicas

²⁹ No caso de São Paulo, a PMESP alterou seu padrão de identificação durante megaeventos para um código numérico virtualmente impossível de ser memorizado em momentos de tensão.

³⁰ Ver também, Artigo 19 “Desenvolvimento de políticas de cibersegurança e ciberdefesa na América do Sul: Estudo de caso sobre a atuação governamental brasileira” de 2017, disponível em: (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/12/Desenvolvimento-de-pol%C3%ADticas-de-ciberseguran%C3%A7a-e-ciberdefesa-na-Am%C3%A9rica-do-Sul-Estudo-de-caso-sobre-a-atua%C3%A7%C3%A3o-governamental-brasileira%E2%80%9D.pdf>

nos estádios de futebol. Em síntese, o Estado foi forçado a alterar parte do seu ordenamento jurídico devido as imposições legais por parte da FIFA. A Lei Geral da Copa (Lei n. 12.663, de 5 de junho de 2012), que incluía a reserva de mercado para os patrocinadores nas instalações e imediações dos jogos, impôs que fosse liberada a venda e o consumo da cerveja patrocinadora. Cabe destacar, que no momento de postulação da candidatura havia concordância com a FIFA sobre a proibição de bebidas alcoólicas em estádios. Tal acordo devia-se à experiência com o *hooliganism*, ameaça percebida nos países do Norte. Todavia, o Protocolo assinado com o Brasil já incluía um ordenamento contrário. A entrada da empresa de bebidas na “família FIFA” poderia ser uma explicação para a mudança de postura; outra poderia ser uma percepção da ausência do risco do *hooliganism* no Brasil. A legislação brasileira prévia e o histórico de violência por parte de torcidas organizadas sugerem maior peso para a primeira explicação.

Associada à maior participação do Exército em diálogo estão as novas diretrizes legais impostas pelo Portaria do Ministério da Defesa sobre “Garantia da Lei e da Ordem”, de janeiro de 2014. Uma resposta à Jornada de Junho que consolida uma visão bélica na gestão do risco em protestos e multidões, distanciando a manifestação pública da alçada política, marcando a concentração pública de cidadãos como uma ameaça em segurança, nem mesmo como ameaça política.

Outra fonte de tensão, dessa vez com movimentos sociais e grupos da sociedade civil, foi a chamada Lei Anti-terrorismo (Lei nº 13.260/2016), amplamente discutida durante a preparação para os jogos e sancionada, com vetos, pela Presidente Dilma em 2016. Outro exemplo de isomorfismo transnacional, a lei foi estimulada pela Convenção

Interamericana contra o Terrorismo (CICTE) da Organização dos Estados Americanos de 2002. Os movimentos sociais temem que a lei seja utilizada para criminalização do ativismo. Até o momento, os únicos casos encontrados de acionamento do dispositivo ocorreram ainda durante os jogos. Em processos posteriores envolvendo ativistas no Rio de Janeiro, a lei nº 13.260/2016 não tem sido acionada pela Promotoria de Justiça do Estado ou pela Polícia Civil. O que não descarta um possível acionamento futuro³¹.

Além da criação do objeto jurídico do terrorismo, uma outra inovação foi introduzida no arcabouço jurídico. Os protestos de 2013 e os protestos anti-copa de 2014 foram respondidos pelos governos com o recrudescimento legislativo e introdução de uma normatividade considera por muitos como inconstitucional. A proibição de ocultação da face foi matéria de legislação nacional e estaduais. E que vieram a ser regimentadas recentemente em 2019³². Como discutido acima, a construção de um sistema de produção e organização de dados depende da capacidade de análise atuarial individualizada, o que torna a identificação facial crucial para o funcionamento de sistemas como o Briefcam, ou o banco de dados “Olhos de Águia” da PMESP, ou o “Projeto Guardião Cibernético 2.0” do Exército Nacional.

³¹ Não foram instalados no Brasil os chamados Tribunais de Exceção da Copa que estiveram presentes na África do Sul em 2010.

³² (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/doria-endurece-regras-para-protestos-e-preve-levar-mascarados-a-delegacia.shtml>

2.3 Orçamento

Vasconcelos (2018) é clara em relação ao peso dos gastos nos SMEs na produção da crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Assim como a nível nacional, a deterioração do contexto político-econômico e as sucessivas crises institucionais envolvendo escândalos de corrupção comprometeram significativamente o orçamento para segurança. A ausência de recursos, como mencionado acima, foi comprometedora ainda nas Olimpíadas. Em termos de acesso a recursos, os reordenamentos emergenciais comprometeram a liberação de fundos pois antagonizavam com os prazos legais da contratação pública. Tal limitação compromete o legado, na medida em que os órgãos públicos buscam afastar-se do evento, mesmo no momento posterior. O legado em TIC, por exemplo, é visto como um peso que os estados não são capazes de gerir.

Empresas da área de segurança alegam ter encontrado dificuldades em doar equipamentos pois os gestores temem que a falta de recursos se transforme em sucateamento e afete negativamente suas gestões. A percepção sobre a incapacidade orçamentária dos estados é compartilhada pela União que procurou nacionalizar a operacionalização dos CICC, reduzindo o ônus para os Estados para apenas a manutenção da estrutura física dos espaços ocupados. Por outro lado, o dilema encontrado por diferentes empresas fornecedoras dos megaeventos sobre o que fazer com o material utilizado elucida os interesses em questão. As empresas mostram-se dispostas a incorrer em perdas relevantes para garantir a expansão do mercado e possível clientela, haja vista a doação do material utilizado na Cidade Olímpica pela ISDS que foi doado para a cidade de Cuiabá – MT.

2.4 Organização

A capacidade de atuação direta ou de transformação de ambientes também pode ser dividida entre TIC e instituições. A Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro definiu o enquadramento dos acionamentos possíveis do legado. A Intervenção é representativa de um embate entre um entendimento de que apenas os estados são responsáveis pela segurança contra defensores de um maior papel da União. As Olimpíadas sem dúvida contribuíram para os argumentos em favor da nacionalização da questão, dado o crescente papel ocupado pela União na produção do legado, como aponta a nova estratégia para os CICC em que a União assume a manutenção dos centros para garantir que o Sistema Integrado de Comunicação e Controle continue funcionando nacionalmente.

Logo após o fim da Intervenção Federal em dezembro de 2018, a Polícia Militar do Rio de Janeiro renomeou o Batalhão de Policiamento de Grandes Eventos para Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões (Recom). O Recom é responsável por rondas ostensivas nas zonas de maior risco na cidade, controlando vias e acessos, e por atuar em grandes eventos e manifestações. A incorporação de modelos de atuação internacionais não é recente no policiamento ostensivo no Rio de Janeiro. Na década de 1990 o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar recebeu treinamento da própria ISDS. A novidade está na incorporação do modelo de atuação intensivo e preditivo, característico do modelo militar desenvolvido para guerra urbanas, em um ordenamento designado para lidar com a concentração de pessoas no espaço urbano. Como argumentam Peron e Alvarez (2019), os projetos de smart city por vezes funcionam

com porta de entrada para dispositivos que tem origem em contextos bélicos. Nessa leitura, que é compartilhada por Vasconcelos (2018), tecnologias e modelos institucionais que tem origem em contextos de guerra neocoloniais são reproduzidas para áreas consideradas de segurança doméstica de países centrais; a partir daí são aplicadas a questões de segurança pública.

Essa visão foi questionada, todavia, por nosso informante. Para ele, essa interpretação, que adiciona uma terceira etapa ao bumerangue foucaultiano, exclui vias de circulação e reprodução que se diversificam a cada novo evento. Grassiani e Müller (2019) discutem como países como o Brasil e Israel buscam consolidar-se no mercado de armamentos como fornecedores de tecnologia para combate em terreno urbano. A relação entre as técnicas utilizadas nas Unidades de Polícia Pacificadora, que não foram iniciadas pelos eventos, mas com certeza foram favorecidas, com a forma de atuação das forças de segurança brasileira na MINUSTAH é apontada pelos atores como evidencia de novos circuitos de reprodução internacional de tecnologias e práticas de controle e vigilância que fogem ao percurso do bumerangue.

Em termos tecnológicos, as TIC demonstram o caráter expansivo do processo de transformações estruturais catalisadas pelas Olimpíadas. A doação de diferentes tecnologias de segurança por parte da ISDS aproximou a empresa de diferentes órgãos públicos, levando consigo a noção de risco e um enquadramento específico sobre seu manejo. As tecnologias de controle de acesso utilizadas nas instalações olímpicas foram doadas ao sistema carcerário do DF e dos 26 estados. O equipamento utilizado no CISI foi doado à prefeitura de Cuiabá no Mato Grosso. É possível que a escolha dos órgãos

recebedores obedeça a critérios de mercado por parte da empresa, que tem no Brasil como seus principais clientes fundos na área de mineração e os governos das principais cidades do país.

Uma nova tática de policiamento foi inaugurada durante os protestos contra as Copa em 2014 e permaneceu em uso nos anos subsequentes. A estratégia que ficou conhecida como *envelopamento* consiste em cercar a manifestação por todas as ruas e saídas a fim de isolar grupos de manifestantes durante o momento de dispersão provocado pelas próprias forças de segurança. O estilo de policiamento que caracteriza a prática de envelopamento demonstra a abordagem conflitiva adotada pelas forças de segurança que entendem o protesto como uma ameaça, um risco em segurança, a ser gerido, preferencialmente de forma antecipatória e atuarial, como foi empregado em diversos momentos de concentração dos protestos para evitar que os mesmos pudessem acontecer.

Ainda em relação a táticas de policiamento de protestos, foi introduzida uma tática europeia do fim do século XX, a saber: kettling, ou Caldeirão de Hamburgo. Segundo diferentes relatórios, o aprendizado dessa técnica resultaria de iniciativas de cooperação das polícias militares com polícias europeias, sobretudo a francesa (DOSSIÊ POPULAR DA COPA – SP). Ao passo que o envelopamento controla as vias de acesso à manifestação, na tentativa de impor um caminho e simplesmente dificultar a concentração de pessoas, o Caldeirão de Hamburgo trata de isolar um grupo de manifestantes com a utilização de cordões de policiamento. Cercados por todos os lados, os manifestantes são mantidos em isolamento temporário ou liberados a partir de uma única saída, momento no qual são catalogados em bancos de dados das polícias das principais capitais

(como o “Olhos de Águia” em São Paulo) e que consistentemente são mantidos em segredo a despeito das determinações da Lei de Acesso à Informação.

A estratégia produziu um choque público quando inicialmente utilizada, sendo responsável por um momentâneo descalonamento da intensidade da repressão estatal aos protestos. Todavia, a prática passou a ser consistentemente utilizada, com exceção notável das manifestações contra o governo federal em 2016, quando as forças de segurança parecem ter mais aderido ao ordenamento legal e à própria arregimentação interna. Esse modelo de policiamento preventivo foi aplicado em diferentes cidades no policiamento de protestos.

Eduardo Tomazine (2014) publicou no ano da Copa um levantamento das técnicas de policiamento de protestos que despontavam. O policiamento desproporcional utilizado no envelopamento no dia 1 de julho em São Paulo no evento *Debate Democrático Pela Libertação dos Presos Políticos* da frente “Se Não Tiver Direitos, Não Vai Ter Copa” é ilustrativa do policiamento preventivo.

Data do período também a incorporação do exoesqueleto adotado pelas polícias. O exoesqueleto foi fornecido pela Secretaria Especial para Grandes Eventos (SESGE) a todas as 16 (dezesesseis) cidades-sede da Copa do Mundo³⁴. O “traje robocop” foi utilizado pela primeira vez em São Paulo e no Rio de Janeiro em 2014 durante protestos contra a copa³⁵. Desde de então, a armadura tem sido empregada durante manifestações e protestos. Por fim, houve uma renovação das frotas das PMERJ e PMESP com destaque para o tipo de veículo adquirido. Canhões de água e diferentes tipos de tanque de guerra, foram importados de países como Israel para utilização durante os megaeventos, e foram então mantidos em operação pelas forças de segurança estaduais.

Por fim, os megaeventos esportivos também incorreram no recrudescimento da criminalização dos movimentos sociais, com a elaboração de leis de exceção, a expansão da vigilância na internet e o aperfeiçoamento das táticas de repressão de manifestações e outros abusos [...]. (ARTIGO 19, Nas ruas, nas leis, nos tribunais. Violações do direito protesto no Brasil 2015-2016)

A Artigo 19 corrobora com a interpretação que a maior parte da tecnologia e do arsenal utilizado nos últimos anos deriva de investimento realizado para a segurança dos megaeventos. O relatório sobre os anos de 2014 e 2015 (ARTIGO 19. *Protestos no Brasil 2014 e 2015*) vai além e afirma serem as manifestações críticas a tais eventos o principal

³⁴ (Consultado em 20 de Janeiro de 2020) <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/copa-2014/noticia/2014/05/Robocop-na-Copa-o-traje-que-os-policiais-usarao-no-Mundial-4505977.html>

³⁵ (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/pela-1-vez-policia-miliar-usa-traje-robocop-em-protesto.html>

alvo das novas tecnologias físicas e organizacionais incorporadas, reduzindo o peso de outras ameaças como terrorismo ou criminalidade urbana.

Outra característica marcante da atuação direta das forças públicas foi a utilização de armamentos de baixa letalidade. O Brasil possui um grande parque produtor desse tipo de arsenal. Durante a preparação para os grandes eventos a principal produtora nacional, Condor S.A. Indústria Química, foi a única empresa latino-americana a ser convidada pela OTAN para o North American Technology Demonstration³⁶. Como mencionado previamente, o mercado internacional de segurança não ignora as potencialidades catalizadoras dos megaeventos.

Considerações Finais

Buscou-se apresentar uma análise do papel dos megaeventos esportivos como catalizadores de transformações e produtores de legado em policiamento de protestos, uma faceta pouco discutida do modelo de smart city and safe city que circula transnacionalmente. A partir dos conceitos de reprodução e legado buscou-se mostrar como tais eventos, apesar de não serem necessários ou suficientes para adoção de modelos específicos de governança da segurança, são aceleradores deste processo, apresentando para as elites políticas e para corporações transnacionais como uma oportunidade de redução de custos políticos e de abertura de novos mercados.

³⁶ <http://www.condornaletal.com.br/institucional.php>

O caso da cidade do Rio de Janeiro é paradigmático. A parceria do Governo de Eduardo Paes com a IBM foi um importante passo na implementação de um modelo de governança urbana articulado a partir do conceito de smart city. O aspecto catalizador dos megaeventos os aproxima de outros eventos que oferecem oportunidades de reestruturação de políticas, como as catástrofes naturais. Como apontado, a construção do Centro de Operações pressupõe um foco em comunicação, informação e internet das coisas, e foi apresentado como uma resposta aos danos causados pelas frequentes enchentes na cidade. O Centro Integrado de Comando e Controle, por outro lado, teve sua criação completamente atrelada à realização dos megaeventos esportivos.

Da mesma forma, buscou-se argumentar como o modelo de smart city (em sua especificidade dedicada à segurança, safe city) está estruturada a partir da noção do risco. Como apontado pela literatura, smart cities tem em seu funcionamento uma redução do escopo do tempo de análise, ou uma submissão do longo prazo ao imediato. O aumento da disponibilidade de informações, a partir da transformação do cidadão e da própria cidade em produtores de dados – constante trabalhadores abstratos – é acompanhado de uma preocupação constante em evitar a interrupção dessas mesmas redes. A governança sofre assim uma guinada qualitativa relevante. Além da transnacionalização do campo da (in)segurança apontado pela Sociologia Política Internacional, ou da estruturação desse campo a partir de assembleges, trata-se de uma transformação no aspecto espaço tempo. O presente e o futuro são reorganizados em bases algorítmicas bayesianas.

O escopo das transformações sociais decorrentes da associação da estatística bayesiana com novas tecnologias de ciências de dados apenas começa a expressar-se.

Cabe lembrar que as bases de dados popularmente conhecidos como big data são apenas volumes de dados previamente impossíveis de serem operacionalizados. Ainda que novas formas de organização de informação tenham sido desenvolvidas, a real inovação está na capacidade de análise (tecnologias de informação e comunicação) e produção de dados (tecnologia das coisas). Todavia, como indicado pela teoria ator-rede, as transformações tecnológicas também agem como atores na rede. Associada à expansão do campo da (in)segurança, possibilitada pelo *habitus*, a ação da tecnologia na rede permite a mobilidade transnacional de novos modelos de governança; beneficiando-se de elementos catalizadores como terremotos, o aquecimento global, novas tempestades, a Federação Internacional do Futebol Associação e o Comitê Olímpico Internacional. A resposta a tais situações de excepcionalidade torna-se um novo *case*, passível de ser mobilizado nacional ou transnacionalmente, ao mesmo tempo em que é em si mesma uma reprodução (não replicação) de um modelo.

À finais de 2019 e começo de 2020, vê-se uma série de ferramentas se transformarem em legado na medida em que são acionadas. No caso de São Paulo, por exemplo, o Governo Estadual regimentou lei de 2014³⁷ adicionando novas consequências à proibição de ocultação da face durante protestos, dando à polícia a possibilidade de acionar o empregador dos indivíduos que cometam tal violação.

A *partir* do Rio de Janeiro, pela ação de atores humanos (e a permanência garantida pelo *habitus*) e pela ação de atores não-humanos (pela alteração da rede)

³⁷ (Consultado em 20 de janeiro de 2020) <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/gestao-doria-usa-detencoes-e-lei-mais-dura-para-sufocar-protestos-em-sao-paulo.shtml>

circulam elementos de uma nova forma de pensar a cidade com consequências significativas para a vida política do país. A coordenação das instituições de segurança é registro do legado enquanto processo, na medida em que as tentativas de ação coordenada posterior aos eventos seguem o modelo de articulação colocado em prática para os SMEs (VASCONCELOS, 2018; HIRATA, CARDOSO, 2016).

Referências

AGAMBEN, Giorgio; BURIGO, Henrique. *Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua*. I. Ed. UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio; BARALDI, Tereza Cristina Albieri. Estado de exceção. *Revista ORG & DEMO*, v. 12, n. 1, p. 115-120, 2011.

AMOOORE, Louise. Data derivatives: On the emergence of a security risk calculus for our times. *Theory, Culture & Society*, v. 28, n. 6, p. 24-43, 2011.

ARADAU, Claudia. Security and the democratic scene: Desecuritization and emancipation. *Journal of International Relations and Development*, v. 7, n. 4, p. 388-413, 2004.

ARTICLE 19. *Protestos no Brasil 2013*. Disponível em https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2014/06/Protestos_no_Brasil_2013-vers%C3%A3o-final.pdf

ARTICLE 19. *As ruas sob ataque. Protestos 2014 e 2015*. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B91LK4RQx5DadVZrUmNqaHIMU2M/view>

AYOOB, Mohammed. Inequality and theorizing in international relations: the case for subaltern realism. *International Studies Review*, v. 4, n. 3, p. 27-48, 2002.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. *Process-tracing methods: Foundations and guidelines*. University of Michigan Press, 2013.

BENNETT, Colin J.; HAGGERTY, Kevin (Ed.). *Security games: Surveillance and control at mega-events*. Routledge, 2012.

BERG, J., NAKUEIRA, S.; SHEARING, C.. Global non-state auspices of security governance. In. Bersot, H; Arrigo, B. Eds. *The Routledge Handbook of International Crime and Justice*. Routledge, p. 77-97. 2005

BIGO, Didier. "Globalized (in) security: the field and the ban-opticon." In *Terror, insecurity and liberty*, pp. 20-58. Routledge, 2008.

BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and international relations: Power of practices, practices of power. *International Political Sociology*, v. 5, n. 3, p. 225-258, 2011.

BOOTH, Ken. Security and emancipation. *Review of International studies*, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991.

BROOKS, David J. Security risk management: A psychometric map of expert knowledge structure. *Risk Management*, v. 13, n. 1-2, p. 17-41, 2011.

BURRIS, Scott; DRAHOS, Peter; SHEARING, Clifford. Nodal Governance. *Australian Journal of legal philosophy*. Vol 30, p. 30-58, 2008.

BUTLER, Judith. *Frames of war: When is life grievable?*. Verso Books, 2016.

BUZAN, Barry et al. *Security: a new framework for analysis*. Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZELIN, H.. Unexpected allies: How Latour's network theory could complement Bourdieusian analyses in translation studies. *The Translator*, 11(2), pp.193-218. 2005

CAPARINI, Marina. Applying a security governance perspective to the privatisation of security. *Private actors and security governance*, p. 263-82, 2006.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, n. 40, p. 119-148, 2013.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. *Segurança Pública e Megaeventos no Brasil*. E-paper. Fundação Heinrich Böll Brasil. Junho de 2016. Disponível <<
https://br.boell.org/sites/default/files/seguranca-publica-megaeventos-brasil_bruno-cardoso.pdf >> Consultado dia 20 de maio de 2019

CHAPPELET, Jean-Loup. Mega sporting event legacies: a multifaceted concept. *Papeles de Europa*. Vol. 25, p. 76-86, 2012.

CLAVEL, A. Armed forces and sports mega events: an accepted involvement in globalized world. *Sport in Society*. Vol. 16, No. 2, p. 205-222, 2013

COOK, Ian. Follow the thing: Papaya. *Antipode*, v. 36, n. 4, p. 642-664, 2004 35

CORNELISSEN, Scarlett. The Geopolitics of Global Aspiration: Sport Mega-events and Emerging Powers. *The International Journal of the History of Sport*, 27:16-18, 3008-3025, 2010.

CORNELISSEN, Scarlett; BOB, Urmilla; SWART, Kamilla. Towards redefining the concept of legacy in relation to sport mega-events: Insights from the 2010 FIFA World Cup. *Development Southern Africa*, v. 28, n. 3, p. 307-318, 2011.

DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. 2ª Edição. Disponível em https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie_megaeventos_violacoesdedireitos2012.pdf

DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*. Disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossie3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

DUPONT, Benoît. Security in the age of networks. *Policing and Society*, Vol. 14, No 1, p. 76-91, Março de 2004.

EHRHART, Hans-Georg; HEGEMANN, Hendrik; KAHL, Martin. Putting security governance to the test: Conceptual, empirical, and normative challenges. *European Security*, v. 23, n. 2, p. 119-125, 2014.

EICK, Volker. "Secure our profits!": The FIFA in Germany 2006. In BENNETT, Colin; HAGGERTY, Kevin. *Security Games: Surveillance and Control at mega-events*. Nova Iorque, Routledge. 2010

FANON, Franz. *Les damnés de la terre*. A verba futurorum, 2016

FUKUYAMA, Francis. What is governance?. *Governance*, v. 26, n. 3, p. 347-368, 2013.

FUSSEY, Pete; KLAUSER, Francisco. Securitisation and the mega-event: an editorial introduction. *The Geographical Journal*, v. 181, n. 3, p. 194-198, 2015

GAFFNEY, Christopher. Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, p. 7-29, 2010

GAFFNEY, Christopher; ROBERTSON, Cerianne. Smarter than smart: Rio de Janeiro's flawed emergence as a smart city. *Journal of Urban Technology*, v. 25, n. 3, p. 47-64, 2018.

GIRGINOV, Vassil. Governance of the London 2012 olympic games legacy. *International review for the sociology of sport*, v. 47, n. 5, p. 543-558, 2012

GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco. Security governance and sport mega-events: Toward an interdisciplinary research agenda. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 34, n. 1, p. 49-61, 2010

GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco. Introduction: security and surveillance at sport mega events. *Urban Studies*, vol. 48, nº 15, Novembro de 2011, pp. 3157-3168

GRAHAM, Stephan. Cidades citiadas: novo urbanismo militar. Editora Boitempo, 2017

GRASSIANI, Erella; MÜLLER, Frank. Brazil-Israel relations and the marketing of urban security expertise. *Latin American Perspectives*. Issue 226, Vol. 46, Nº3, pp. 114-130, maio de 2019

HIRATA, Daniel; CARDOSO, Bruno. Coordenação como tecnologia de governo. *Horizontes antropológicos*, n. 46, p. 97-130, 2016 36

HUYSMANS, Jef; PONTES NOGUEIRA, Joao. Ten Years of IPS: Fracturing IR. *International Political Sociology*, v. 10, n. 4, p. 299-319, 2016.

JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio; et. atl. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. Boitempo Editorial, 2015.

JENNINGS, Will; LODGE. Governing Mega-Events: Tools of Security Risk Management for the FIFA 2006 World Cup in Germany and London 2012 Olympic Games. *Government and Opposition*, Vol. 46, No. 2, p. 192–222, 2011

JENNINGS, Will. *Mega-events and risk colonization*. The London School of Economics and Political Science. Discussion Paper No 71, Março de 2012a.

JENNINGS, Will. *Olympic risks*. New York. Palgrave Macmillan, 2012b

JOHNSTON, L. and SHEARING, C. *Governing Security: Explorations in Policing and Justice*, London: Routledge. 2003

JONES, Trevor. Governing Security: Pluralization, Privatization, and Polarization in Crime Control and Policing. In MAGUIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. *The Oxford Handbook of Criminology*. 5° ed. Oxford: Oxford University Press. 2012

KIRCHNER, Emil J.; SPERLING, James (Ed.). *Global security governance: Competing perceptions of security in the twenty-first century*. Routledge, 2007.

KLEIN, Naomi. *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. Macmillan, 2007

KLAUSER, Francisco. Sport mega-event security: the legacies of Euro 2008. *Geography*, vol 96, parte 3. Outono de 2011

KRAHMANN, Elke. American Hegemony or global governance? Competing visions of international security. *International Studies Review*, vol. 3, n. 4, pp. 531-545, 2005.

KRAHMANN, Elke. Conceptualizing Security Governance. *Cooperation & Conflict*, vol. 38, n. 1, pp. 5-26, 2003

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000

LEOPKEY, Becca; PARENT, Milina M. Olympic Games Legacy: From General Benefits to Sustainable Long-Term Legacy. *International Journal of the History of Sport*. No. 29, Vol. 6, p. 924-943. Abril de 2012

LEOPKEY, Becca; PARENT, Milina M. The governance of Olympic legacy: process, actors and mechanisms. *Leisure Studies*. Vol. 36, No. 3, p. 438-451, 2017

MOLNAR, SNIDER. Mega-events and mega-profits: unravelling the Vancouver 2010 security-development nexus. In BENNETT, Colin; HAGGERTY, Kevin. *Security Games: Surveillance and Control at mega-events*. Nova Iorque, Routledge. 2010

NASSER, Reginaldo Mattar; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. *Revista de sociologia e política*, v. 23, n. 53, p. 27-46, 2015.

NEVES, A. J. *As Ferramentas de Gestão e Governança para Integração das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social durante a Copa do Mundo 2014*. VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2015. Disponível em: 37

<<<http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1207/1/AS%20FERRAMENTAS%20DE%20GEST%C3%83O%20E%20GOVERNAN%C3%87A.pdf>>>

OISÍN, Tansey. Process tracing and elite interviewing: a case for non-probability sampling. *OS: Political Science and Politics*. Vol. 40, n. 4, pp. 765-772

OLIMPIADAS, COMITÊ POPULAR DA COPA E.; DO RIO, DE JANEIRO. Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro. *Dossiê do comitê popular da copa e olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Comitê Popular, 2013.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Mobilizing policy: Models, methods, and mutations. *Geoforum*, v. 41, n. 2, p. 169-174, 2010

PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Follow the policy: a distended case approach. *Environment and Planning A*, v. 44, n. 1, p. 21-30, 2012.

PERON, Alcides E. dos Reis; ALVAREZ, Marcos C. Governing the City: The Detecta Surveillance System in São Paulo and the Role of Private Vigilantism in the Public Security. *Normes, déviations et nouvelles technologies : entre régulation, protection et contrôle Dossier*. N°12, 2019

PREUSS, Holger. The conceptualization and measurement of mega-spot event legacies. *Journal of Sport and Tourism*. Vol. 12, No 3-4, p. 207-227. 2007

PREUSS, Holger. A framework for identifying the legacies of mega sport event. *Leisure Studies*, Vol. 24, No. 6, p. 643-664. 2015

PREUSS, Holger. *Event legacy framework and measurement. International Journal of Sport Policy and Politics*. << <http://www.tandfonline.com/loi/risp20> >> ISSN: 1940-6940, 2018

PREUSS, Holger. Event legacy framework and measurement. *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 11, n. 1, p. 103-118, 2019

PROUSE, Carolyn. Framing the world cUPP: competing discourses of favela pacification as a management legacy in Brazil. *Recreation and Society in Africa, Asia and Latin America. Special Issue on Sport Event Legacies*. Vol. 3, No. 2, 2012

RHODES, Rod AW. Understanding governance: Ten years on. *Organization studies*, v. 28, n. 8, p. 1243-1264, 2007.

ROCHE, Maurice. *Megaevents and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. New York, Routledge, 2002.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico, militarização e pacificações: novas securitizações no Brasil. *Visões do Sul*, p. 55-87, 2016. 38

RODRIGUES, Thiago; BRANCOLI, Fernando; KALIL. Brazil, Pacification and major events: forging an “Ambience of Security” in Rio. *Revista de Estudios em Seguridad Internacional*. Vol. 4, No. 1, p. 71-86, 2018

RONFELDT, David et al. The Zapatista" Social Netwar" in Mexico. Rand Corporation, 1999.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst Otto (Ed.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: UnB, 2000.

SÁNCHEZ, Fernanda; BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro. *International Journal of Urban Sustainable Development*. Vol. 5, No. 2, p. 123-153, 2013.

SCHMITTER, Philippe. *Defining, explaining and using the concept of 'governance'*. 1997<<https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/2017/GOVERNANCE3.pdf>>. Consultado em 20 de maio de 2019

STOKER, Gerry. Governance as theory: five propositions. *International social science journal*, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998.

SÖDERSTRÖM, Ola; PAASCHE, Till; KLAUSER, Francisco. Smart cities as corporate storytelling. *City*, v. 18, n. 3, p. 307-320, 2014.

TRINDADE, Arthur. Estado, governança e segurança pública no Brasil: uma análise das secretarias estaduais de segurança pública. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 8, n. 4, pp. 607-632. Out/nov/dez 2015.

THOMSON, Alana et al. Sport event legacy: A systematic quantitative review of literature. *Sport Management Review*, 2018.

TOMAZINE, Eduardo. *Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa*. Blog da Boitempo. 2014. <https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/#prettyPhoto> (Consultado 1 de dezembro de 2019)

VASCONCELOS, Adriana C. D. A. *O legado dos grandes eventos para segurança pública no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília. IPEA. 2018.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick; PEOPLES, Columba. *Critical security studies: An introduction*. Routledge, 2014.

WALKER, Rob BJ. *Inside/outside: international relations as political theory*. Cambridge University Press, 1993.

WEBBER, Mark, et al. The Governance of European Security. *Review of International Studies*, vol. 30, pp. 3-26, 2004

WEIZMAN, Eyal. *Hollow land: Israel's architecture of occupation*. Verso Books, 2012.

WEIZMAN, Eyal. *À travers les murs: l'architecture de la nouvelle guerre urbaine*. La fabrique éditions, 2008.

WHEALAN, Chas; DUPONT, Benoît. Delivering security through networks: surveying the relational landscape of security managers in an urban setting. *Crime, Law: Social Change*, v. 45, p. 165-184, 2006.

WHELAN, C; DUPONT, Benoit. Taking stock of networks across the security field: a review, typology and research agenda. *Policing and Society*, v. 27, n. 6, p. 671-687, 2017.

WYN JONES, Richard. On emancipation: necessity, capacity and concrete utopias. 2005. In Ken Booh (ed.) *Critical Security Studies and World Politics* (Boulder, CO: Lynne Rienner).

YU, Ying; KLAUSE, Francisco; CHAN, Gerald. Governing Security at the 2002 Beijing Olympics. *The international Journal of the History of Sport*. Vol. 26, No. 3, p. 390-405, março de 2009 39

ZEDNER, Lucia. *Security*. Nova Iorque, Routledge, 2009.